



Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes e Pedro Acácio dos Santos Soares.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Manuel Baptista Dias, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João António Vicente e Diamantino António Caldeira Estanislau, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição José Luís do Rosário Barão, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Domingos Moreira Semedo e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Bloco de Esquerda apresentou pedido de substituição João Pedro Oliveira Santos, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, o Presidente da União das Freguesias de Setúbal Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído pelo tesoureiro do executivo Nuno Miguel Rodrigues Folques, e Nuno Miguel Rodrigues Costa, tendo sido substituído pelo vogal do executivo Jerónimo da Conceição, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 e 9, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Maria da Graça Santos Andrade, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Manuel Fernando das Neves Rebelo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Faltou a senhora deputada Marta Sofia Lourenço Pereira.

Presidente de Mesa – Esta sessão foi antecipada, como sabem estava prevista em termos de agenda para ter lugar no dia 29 de setembro, dada a antecipação da reunião e por razões de logística, tal como estava previsto e como já tinha sido anunciado, esta sessão não se realiza em Azeitão por esta razão, informar que não havendo esta possibilidade de realizar agora, ficará prevista a realização da sessão em Azeitão para a sessão de fevereiro.

Também recordar as senhoras e os senhores deputados que no próximo sábado dia 15, é o dia do município, para além do programa que já foi divulgado, vão ter lugar duas cerimónias oficiais, o hastear da bandeira às 9 da manhã no município e às 10 horas a entrega das medalhas honoríficas aos cidadãos do nosso concelho e também a homenagem aos trabalhadores da Câmara aposentados. Dado que esta cerimónia vai ter lugar no Salão Nobre e como poderá haver dificuldades em termos de reserva de lugares, é importante que os senhores deputados que estejam interessados em participar nesta cerimónia, fizessem um contacto com os serviços da Assembleia para que não haja problemas, porque nestas homenagens estão sempre presente os familiares e outras pessoas, para não estarmos a reservar lugares que depois não são preenchidos, porque os senhores deputados depois não estão presentes. É muito importante que os senhores deputados, enquanto representantes do município participem nestas cerimónias oficiais e no resto do programa que está previsto.

e) Projeto de ata

N.º 4/2018 – Sessão ordinária realizada a 29/06/2018

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Não votei por não ter estado presente na sessão.

João Luz (CDU) – É uma repetição de uma questão que já tratámos na Assembleia. De acordo com o procedimento administrativo os membros que não estiveram na anterior reunião não podem votar, não se tratará de uma abstenção, mas de uma não participação na votação.

Presidente da Mesa – Obrigado pelo esclarecimento, para que não haja dúvida relativamente à intervenção do senhor deputado Paulo Calado que ficou no registo, de que havia uma abstenção. Não há lugar a abstenção, há apenas um reconhecimento ou uma não consideração por parte dos serviços no registo.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Patrícia Paz (PS) – Venho desta forma parabenizar a autarquia na pessoa do senhor vereador Ricardo Oliveira pela realização da conferência anual de educação, porque é um tema muito importante para todos. Parafraseando Paulo Freire, *“A educação não transforma o mundo, a educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo e é disso que precisamos”*.

Chamar a atenção para uma situação no parque do Bonfim em frente ao pasmadinho da Luísa Todí, está um buraco que tem uma estrutura de ferro, que se encontra camuflado com a relva que era necessário algum cuidado.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Queria colocar uma questão que tem que ver com a higiene e limpeza na cidade de Setúbal. Temos verificado, pelo menos nos últimos meses, que se tem degradado o serviço, nomeadamente naquilo que diz respeito à recolha noturna dos resíduos, porque os carros de recolha, muitas vezes depois de passarem pelos locais onde fazem essa recolha de lixo, deixam uma série de resíduos e a limpeza não é efetuada. Imagino que seja uma questão sazonal, em que não chove e não é possível limpar pela própria natureza. O que é que se passa uma vez que temos reparado nisso? A limpeza de sarjetas não está a ser feita, qual é o problema que existe neste momento na higiene e na saúde? No fundo isto tem a ver também com questões de saúde da nossa cidade.

João Viegas (CDS-PP) – Tenho três questões que quero colocar ao executivo. Gostaria de saber se está previsto ser distribuída nesta assembleia algum relatório da feira de Sant'Iago. Penso que é importante para os membros desta assembleia, de uma forma detalhada, termos uma perceção daquilo que foi a feira de Sant'Iago este ano. Numa pesquisa que fiz no portal base, em nove itens relacionados com a feira de Sant'Iago pude apurar uma despesa na ordem dos 566 mil euros. Se somarmos muitos outros provavelmente temos uma feira de Sant'Iago como uma despesa este ano, que se calhar aproxima-se de um milhão de euros. Seria importante para nós fazermos esta análise.

Gostaria também de ter aqui uma perspetiva do início do ano letivo das competências desta autarquia, se o mesmo está a decorrer dentro da normalidade, se existe algum constrangimento. Para nós também percebermos porquê.

Gostaria de saber em relação à devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, se a mesma já está a ocorrer. Quais as verbas que já foram devolvidas.

Pedro Soares (CDU) – Para ler a seguinte declaração:

“Matar a serpente ainda no ovo

Os valores consagrados na Constituição da República Portuguesa, “os valores de Abril”, devolveram a Portugal e ao povo português a dignidade e a soberania que lhe pertencem.

No contexto da União Europeia, dominada por interesses que nos são estranhos, as forças partidárias portuguesas desenvolvem a sua ação no quadro dum regime político democrático que as legitima.

Não obstante, no quadro da União Europeia em particular, a situação assume contornos cada vez mais ameaçadores; com frequência surgem manifestações racistas, atos de agressão sobre membros de confissões religiosas, grupos sociais são hostilizados no seu todo por gestos praticados por um qualquer dos seus membros.

Vários milhares de pessoas desfilam em Kiev, na Ucrânia, com tochas na mão gritando palavras de ordem nazis; na Polónia, os neonazis e a extrema direita desfilam no aniversário da refundação do país e a televisão pública considera o acontecimento “uma grande marcha patriótica”; fascistas italianos e polacos fazem rondas numa praia de Rimini e atacam jovens mulheres à maneira dos “camisas castanhas”. Ainda agora se soube que o Instituto Nacional da Memória polaco projeta a demolição de 75 monumentos que neste país lembram os mais de quinhentos mil soldados e oficiais soviéticos que deram a vida para libertar a Polónia da ocupação nazi.

São sinais inquietantes de ameaça às liberdades e à democracia que as autoridades destes países e as instituições europeias não deviam tolerar.

Os regimes de terror fascista a que o grande capital e a burguesia recorrem para impor os seus interesses nunca se anunciam como tal: são muitos os disfarces e as fantasias com que se vão insinuando. É frequente ouvir afirmações aceites como verdade misturadas com frases de significado confuso e que logo se revelam armadilhas.

A CDU, força política maioritária no concelho, apela às formações políticas representadas nesta Assembleia Municipal para que reconheçam no regime de democracia e liberdades consagrado na Constituição da República um bem que não desfalece perante ardilosas tentativas fascizantes.”

Suzel Costa (PAN) – Sobre a questão das dragagens do Sado, gostaríamos de saber se o município irá promover alguma sessão de esclarecimento e debate sobre o tema, dado os impactes que uma tal medida terá no ecossistema estuarino. Da parte do PAN, o nosso deputado André Silva já enviou ao Ministério do Mar diversas questões relativas ao impacte ambiental. Apesar de sabermos a demora que há nessas respostas a este tipo de pedidos. Por exemplo, hoje os serviços parlamentares do PAN enviaram para os serviços da autarquia as respostas que recebemos há dias do Ministério do Mar relativas a questões colocadas em março, sob suspeitas de radioatividade em navios que descarregam sucata no porto de Setúbal. Respondeu o ministério que não havia razão nas nossas suspeitas. Porém, o facto de no passado terem ocorrido casos de fontes órfãos de radioatividade, que só foram detetadas quando a sucata chegou à Siderurgia Nacional, depois de terem sido manuseadas sem os devidos cuidados por trabalhadores portuários e camionistas e de terem percorrido vários quilómetros na região, levaram a que uma das nossas questões se prendesse com a inexistência de meios para detetar a radioatividade, assim que as cargas chegam ao nosso porto. O ministério disse que estava a ser equacionada a aquisição de um detetor portátil para instalação em Setúbal, mas como das palavras aos atos, às vezes demora demasiado tempo, gostaríamos de apelar ao executivo para que tome as diligências necessárias, com vista a pressionar quem de direito, de forma a salvaguardar a segurança dos trabalhadores, da população e do ecossistema.

Aproxima-se o dia 23 de setembro, dia a partir do qual passa a ser proibido o abate de animais saudáveis nos canis portugueses, pela lei 27/2016. É um dia histórico. Ao longo de décadas, as câmaras municipais tinham como única forma de controlo populacional de animais errantes o abate, só isso! Pura e simplesmente fria e cruel morte. Gostaria de felicitar o executivo, em particular a senhora vereadora Carla Guerreiro, que tem vindo a preparar-se para o cumprimento desta nova lei, mas gostaríamos ainda de saber um pouco mais sobre a política municipal que está a ser seguida para o cumprimento da lei 27/2016, a partir de 23 de setembro.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Colocar uma questão ao executivo relativamente a uma obra que anda a decorrer na Estrada dos 4 Castelos. Penso ser uma obra que é da responsabilidade, dos três municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra. A obra começou do lado da Quinta do Conde, mas há vários meses que se mantém aquela obra, a construção do passeio, a alargamento da via, a construção da ciclovia que também é bem-vinda, mas toda a gente questiona o que é que acontece quando chegar ao cruzamento do acesso da autoestrada. Tinha entendido que ali iria ser criada uma rotunda, porque em horas de ponta as pessoas chegam a estar 20 minutos para conseguirem entrar. Alguém foi alertar para o facto que a rotunda não será agora feita.



Queria saber se nesta empreitada que anda a decorrer há vários meses, a rotunda está ou não prevista? Porque de todo o trabalho que ali está a ser feito era o mais premente e o mais necessário.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – A primeira questão é relativa à possibilidade de ser colocada uma passagem para peões com sinalização luminosa na Estrada Nacional n.º 10, na localidade das Pontes, junto ao posto de abastecimento da Galp. Sei que é uma estrada nacional, mas visto que estamos a aproveitar agora a celebração de protocolos e bem com as Infraestruturas de Portugal. Saber se há possibilidade da Câmara Municipal de Setúbal pedir junto das Infraestruturas de Portugal a criação dessa passagem pedonal, porque ali temos as paragens do autocarro que é muito utilizada pela população, bem como a existência de um estabelecimento de restauração, que muitas vezes o parque está cheio e os clientes deixam o carro junto às bombas de gasolina e atravessam a Estrada Nacional 10. Todos nós temos noção do flagelo que é a sinistralidade rodoviária no nosso distrito e concelho, penso que seria bastante importante.

A segunda questão que quero colocar é relativamente à lei n.º 27/2016. No dia 23 de setembro termina o prazo de 2 anos que foi dado para que as câmaras municipais passassem a implementar essas medidas de proibição de abate dos animais, bem como o controlo da população, privilegiando a esterilização. Duas questões que quero colocar. Se a Câmara Municipal já tem o número de animais errantes que existem no concelho, em termos de canídeos e de gatos?

Qual é que será um valor, que verbas vão ser destinadas para essas medidas de esterilização, captura e para o centro de recolha oficial de animais?

Costa Ferreira (PPD/PSD) – O que me traz aqui é mais uma questão que o PSD, mais uma vez alerta e manifesta a sua grande preocupação com o estado de degradação a que chegou atualmente a sinalização horizontal, pinturas nas estradas e arruamentos da cidade e do concelho em geral. Com o início do ano escolar objetivamente agrava-se a situação negligenciada que concorre diretamente para a falta de prevenção e o aumento do risco de sinistralidade rodoviária. Recordo que o distrito de Setúbal, infelizmente, é dos que maior sinistralidade rodoviária no país tem, com vítimas mortais e feridos graves.

Carlos Batista (PS) – Creio que foi nesta última assembleia ou na penúltima questioneei a Câmara no sentido de saber se já sabiam o destino para a construção que está na Rua Major Perestrelo da Conceição, que seria uma suposta lavagem para carros, cujo Tribunal já mandou demolir, para quando a demolição, se é a Câmara que vai demolir se é proprietário? Na altura não sabiam dar resposta, mas penso que neste momento já devem ter alguma resposta para me poder dar.

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra) – O pedido de esclarecimento que o senhor deputado Pedro Vieitas fez à Câmara sobre o pedido às Infraestruturas de Portugal sobre a implantação de uma passadeira nas Pontes. Informar que a junta de freguesia na altura aquando da requalificação daquela via, quando levou um novo asfalto e levou nova sinalização, fez o pedido às Infraestruturas para a implantação da passadeira. A informação que nos deram, é que iriam verificar o que poderiam fazer em relação à passadeira. Neste momento estamos a aguardar algumas respostas das Infraestruturas de Portugal sobre essa questão.



Manuel Fernandes (PS) – No passado dia 27 de março, esta Assembleia Municipal, revogou o regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil, que até então estava em vigor desde 2012. Nesse mesmo dia, a senhora Presidente disse que os reembolsos inferiores a mil euros seriam pagos de imediato. Em comunicado para a imprensa, publicada no dia 29 de março, dois dias depois, disse que apresentaria um plano de devolução da taxa nos próximos meses, no dia 30 de junho, o senhor Vice-Presidente questionado pela bancada do Partido Socialista sobre o mesmo assunto, disse já ter dado início aos pagamentos dos reembolsos. Hoje, porém, são imensos os comerciantes que nos perguntam pelo reembolso da Taxa Municipal de Proteção Civil, muitos salientam-nos o facto de já terem enviado e-mails e outras formas de comunicação com os serviços da Câmara, até à data nenhum daqueles que contactamos obteve respostas desses e-mails e desses contactos. Até hoje, passados seis meses, ainda não sabemos qual é o tal plano de pagamentos que a senhora Presidente se referiu em comunicado para a imprensa, não sabemos como está a ser efetuada a devolução dos reembolsos, se por vale postal, por cheque ou transferência bancária, não sabemos quantos comerciantes já foram ressarcidos, não sabemos qual o montante já devolvido, qual o montante por apurar e por devolver, e se já deu início ao diálogo aos outros comerciantes com verbas a devolver superiores a mil euros. Senhor Vice-Presidente, gostaríamos de saber se tem possibilidade de nos responder agora a estas questões.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Sobre as questões colocadas quero agradecer as referências feitas à realização da conferência de educação, que de facto é uma iniciativa de relevo para a comunidade educativa, para o município, para as escolas, no sentido de fazer deste município um município educativo. É feita no arranque do ano letivo, daí que ligando esta questão à pergunta, “*como é que decorreu a abertura do ano letivo?*” feita pelo deputado João Viegas, diria que este ano as coisas não têm referências de grandes anormalidades, dia 12 é o dia de abertura das aulas, a maior parte das escolas iniciarão na próxima segunda-feira, mas os tradicionais problemas de colocação de professores não têm tido reflexo até agora, parece que não está a correr com anormalidades. Parece que as coisas este ano estão mais normais do que é habitual.

Agradeço a referência em relação à questão do parque do Bonfim, para ver o que é que se passa com os ferros que estejam à vista. É sempre algum descuido que se esquece e depois pode ser perigoso.

O senhor deputado Paulo Calado colocou a questão dos serviços de higiene e limpeza, referindo a uma degradação, ao atraso na recolha e aos carros que deixam resíduos no chão. Isso é uma verdade, acontece sempre, mas não acontece a um nível que se possa generalizar. Há um crescimento acentuado, que não terá acontecido somente em Setúbal, do volume de resíduos depositados, significa que estamos a recolher muito mais resíduos. Ainda há pouco tempo havia referências sobre isso em Lisboa. Há um maior aumento de população que está relacionado com o turismo, a chamada população flutuante. O Verão é sempre um período um pouco crítico, em que é preciso tomar a atenção a alguns circuitos mais importantes da cidade e, por vezes, tem que se utilizar carros mais antigos, em vez de carros mais novos e os carros mais antigos, normalmente tendem a deixar algumas perdas de resíduos, mas o habitual é que o restante pessoal dos serviços de higiene e limpeza vá fazer a sua recolha e quando isso não acontece nota-se de imediato. Não há notícia de que tenha havido uma situação generalizada de perda de resíduos no solo pela recolha dos carros. Tivemos outra situação que também



referimos, que foi um atraso na recolha de resíduos separados, nos ecopontos, a AMARSUL a entidade que faz essa recolha, neste Verão atrasou bastante em todos os municípios a sua área, mas também parece que a norte outros sistemas de recolha também começaram a atrasar e nós estamos com sérias preocupações em relação a esta generalização dos atrasos e da falta de resposta destes sistemas multimunicipais, porque desde a sua privatização tem sido consecutiva a dificuldade de relacionamento dos municípios com estas entidades e a degradação do serviço. Com a AMARSUL enquanto empresa de capitais públicos do Estado e de municípios havia uma relação de diálogo e de resolução de problemas, não se resolvia tudo de imediato, mas havia sempre um compromisso e um plano de recuperação de serviços em atraso, neste momento com estes sistemas privatizados, essa relação tornou-se quase impossível. É uma relação meramente formal, recebe-se um e-mail, devolve-se um e-mail, mas não há resultados com este diálogo. Significa que estamos com sérias dificuldades e tudo isto mudou objetivamente desde que estes sistemas multimunicipais passaram a ser propriedade de privados. Não é uma queixa, mas é um facto incontestável e depois o atraso na recolha de ecopontos provoca a deposição junto aos ecopontos de outro lixo que não é para lá ser colocado, são lixos indiferenciados que as pessoas vão acumulando, porque aquilo já está cheio e põem o lixo indiferenciado ao lado. Lixo atraí lixo é uma situação da higiene urbana em geral, sobretudo neste domínio dos sistemas multimunicipais, que nos está a preocupar bastante. Quanto aos outros casos pontuais, em que há uma perda na recolha das nossas viaturas, julgamos que está controlada e é perfeitamente recuperável.

O senhor deputado João Viegas perguntou sobre o relatório da feira de Sant'Iago, julgo que os dados estarão mais ou menos apurados nesta altura. Ainda não tenho conhecimento e julgo que os senhores vereadores aqui presentes também não têm conhecimento, ele irá à Câmara e à Assembleia.

Devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, também não tenho uma informação atualizada, tomei conta da pergunta mais uma vez, porque ele já foi colocado várias vezes e insistir com os serviços, para ver se conseguimos trazer um ponto de situação desta questão da devolução da taxa municipal, a quem é que já foi devolvido e a quem falta devolver, mas confesso que não tenho dados de momento para poder adiantar alguma coisa. Transmitirei isto com um sublinhado à senhora Presidente, para ver se trazemos aqui uma informação global desta situação da taxa municipal de proteção civil.

Quanto às dragagens no Sado. Há um diálogo regular com a APSS e há a mesma preocupação. O que se sabe é que da avaliação feita pela APA - Agência de Proteção do Ambiente, não há grandes riscos. Não é a primeira vez que se vão fazer dragagens no Sado, já foram feitas muitas vezes e os golfinhos não desapareceram daqui. Os nossos peixes no Sado, as ostras, as amêijoas, o berbigão, etc., não desapareceram daqui, porque em anos anteriores também já houve dragagem. Não havendo dragagem temos constatado e temos tido queixas quase acusatórias à própria Câmara, pelo facto de desaparecer a areia das praias. Não há areia no Portinho e no Creiro, mas não houve dragagens, na realidade falta areia nas praias, mas não houve dragagens. Todos estes cuidados não estão só na cabeça dos senhores deputados, estão na cabeça dos responsáveis diretos por estas ações, pela APSS que é o dono da obra e a quem interessa fazer a dragagem, pelo Ministério do Mar e Ministério da Economia que são as entidades que tutelam e que dão o aval a estas ações, para que haja uma maior capacidade de trabalho e de navegabilidade para o porto de Setúbal. Isto está relacionado com o desenvolvimento económico. A Agência de Proteção do Ambiente vai fazendo as avaliações garantindo que não há um impacto negativo que seja irreversível, como várias vezes já tem sido dito, também nunca se adiantando com que fundamento científico é que isso é dito. Não estou a querer tomar partido por uma situação ou por outra e tenho que retomar a posição de



que as entidades cientificamente competentes, administrativa e juridicamente competentes para a avaliação dos impactos, têm que o fazer. Não é a Câmara Municipal por mera opinião dos seus eleitos, não é a Assembleia Municipal com a opinião dos seus eleitos que vai terminar a perigosidade de uma determinada intervenção. Recordo, que houve várias dragagens no Sado, haverá certamente no futuro, não se modificaram as condições de navegabilidade por aí além, não se modificou a flora marinha, a fauna e o pescado por aí além. Aquilo que se sabe é que no caderno de encargos que foi feito para estas dragagens estão acauteladas as condições para que não se afete nomeadamente a comunidade de golfinhos, aquilo terá que ser feito num período de tempo restrito em termos de calendário anual, para que a comunidade de golfinhos não seja afetada, porque têm os seus ciclos de reprodução, de alimentação, etc... Trata-se de um calendário de execução fixo em determinada data, esperamos que tudo seja feito com essas devidas cautelas. Obviamente que ninguém quer um prejuízo nem temporário nem irreversível, mas queremos tirar algum aproveitamento para recompor aquilo que a natureza tem tornado menos agradável, as marés, os ventos, as tempestades de Inverno, que têm retirado a areia das praias, não foi a ação humana, mas é possível com a ação humana a recolocação de areia nas praias desta que é retirada por dragagens. A areia que for retirada por dragagens tem que ir para algum lado, ou vai para um fundão mais longe da costa ou vai parte para enchimento (Parece que é isso que está previsto) a montante daquilo que é agora a plataforma do porto, onde está a Autoeuropa a fazer as suas cargas e descargas. Significa que se destina para uma extensão do porto e será para recarregar as praias. Aguarda-se um parecer final sobre essa questão do local da reposição do ICNF, que eu julgava que já estava resolvido logo do início, mas como as formalidades são muitas nestes processos, ainda falta um parecer do ICNF se considera que a recarga das praias é tecnicamente aconselhável ou desaconselhável. Na perceção do executivo da Câmara, todos os cuidados estão a ser tomados e estão a ser cumpridas as regras de precaução que são necessárias nestas intervenções. Quanto à radioatividade não se tem nada a dizer sobre isso, naturalmente que a Câmara não terá grande intervenção, mas terá o direito e obrigação de perguntar quais são as medidas que estão a ser tomadas.

Quando à questão da rotunda na Hub10, não sei se o senhor vereador Carlos Rabaçal tem uma informação mais concreta, uma vez que está a dirigir esta obra, por isso pedia-lhe que desse uma explicação.

Vereador Carlos Rabaçal – Obrigado senhora Presidente da Junta de Freguesia pela questão colocada. A Hub10 é uma intervenção com fundos comunitários de parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal, Sesimbra e Palmela, envolve uma ciclovia e iluminação. Há várias matérias que foram incluídas e são elegíveis para fundos comunitários e outras não. Aquelas que são elegíveis para fundos comunitários vão ser todas concretizadas, as outras cada Câmara vai ver como é que resolve. A componente Sesimbra está resolvida, na base de uma parceria feita com uma grande superfície, a componente Setúbal está pronta até ao fim do próximo mês, a componente que está mais atrasada é a de Palmela, porque teve problemas de expropriações de terrenos para poder avançar e vai consignar a obra para a semana. Em relação ao processo da Hub10 inclui uma rotunda que vai ser integrada na parte da obra de Palmela.

Vice-Presidente da Câmara – A senhora deputada Suzel deixou uma questão que quero reconhecer e agradecer a forma como foi colocada, com este reconhecimento da intervenção do município. Tenho dito várias vezes que não temos uma prática de abate de animais, é um exagero dizer que aquilo é um canil de abate. Temos historicamente uma grande ação de

educação de incentivo à adoção de animais, de tratamento. As nossas colónias estão identificadas, muita coisa tem sido feita em relação ao controlo sanitário das colónias de esterilização e de tratamento dos animais.

Quanto à questão da ponte e da passagem, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra já deu uma indicação, nós queremos insistir nisso para saber o que é que se pode fazer.

Quanto ao senhor deputado Costa Ferreira, a sinalização da estrada é uma questão de sempre da sua intervenção, que é devidamente justificada. Na realidade, nós temos sempre que andar a correr atrás das necessidades, de reativar as sinalizações e de as refazer, mas nunca estamos com tudo bem sinalizado, é uma verdade, mas isso se calhar acontece em todo o lado, nuns momentos mais do que outros, mas tentamos recompô-la.

O senhor deputado Carlos Batista falou sobre uma coisa que tem muito interesse. Não sabia que aquela instalação era destinada à lavagem de carros ou oficina e já tinha decisão judicial para ser demolida. Se tem decisão judicial o proprietário é obrigado a demolir, mas vamos ver com os nossos serviços de fiscalização, alguém tem de verificar se a sentença é executada ou não e se não houver cumprimento a Câmara tem a possibilidade de se substituir ao proprietário para fazer essa demolição. Obrigado pelo alerta, mas se for verdade que já há sentença judicial, as coisas finalmente ficarão concluídas. Aquilo é uma coisa cuja construção, enquanto vereador me opus desde o início. Espero que seja enquanto eu estiver neste mandato que aquela coisa seja retirada.

Quanto à questão da taxa municipal que o senhor deputado Manuel Fernandes colocou, já lhe dei a resposta.

Pedia à senhora vereadora Carla Guerreiro que explicasse o que se está a fazer em relação ao PROAC, ao centro de recolha e aos animais.

Vereadora Carla Guerreiro – O nosso município tem, alguns anos a esta parte, vindo a ter uma política de muito cuidado em relação aos animais. Prova disso é que em 2010, o município investiu numa nova instalação para acolher os animais. A legislação na altura não era a de hoje e hoje as exigências serão outras, o que implica que um animal possa vir a ficar o resto da sua vida, que pode ir de 5 a 10 anos, desde que seja entregue à Câmara Municipal, mas aquilo que preferimos é que os animais voltem a encontrar uma família. Uma grande parte deles são deixados à porta do canil e já não são tantos aqueles que são recolhidos na via pública. Relativamente aos cães não temos tantos animais abandonados tal como temos os gatos que vivem de forma silvestre, mas temos alguns animais que são deixados nas nossas instalações enquanto bebés ou à beira dos contentores do lixo, etc... A nossa preocupação passa pelo encaminhamento através da adoção e por melhorar as condições, para que o animal durante o tempo que esteja connosco seja feliz. Por isso o tipo de canil que temos atualmente, já não se coaduna com estas questões, razão pela qual apresentámos uma candidatura à DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária, que neste momento estará a dar entrada da execução final do projeto. Foi aberta uma linha de financiamento e pedimos um apoio financeiro para fazermos um projeto ligeiramente diferente, em vez de os animais estarem em jaulas como estão hoje, passarão a ter mais liberdade, porque estarão em casotas grandes, mais ou menos e passando a publicidade, uma espécie de “Cantinho da Milú” que é uma referência para todas as pessoas que conhecem estes assuntos e que tratam destes assuntos dos animais. Temos um recinto muito espaçoso em Poçoilos e neste momento, enquanto não temos a candidatura aprovada já fizemos uma requisição para podermos fazer uma vedação maior, para que os animais durante algumas horas do dia possam ser levados a passear e não estejam sempre recolhidos. Estamos a trabalhar no sentido de fazermos um “upgrade”, enquanto não



temos a candidatura aprovada. Posteriormente os animais serão agrupados por tamanhos e deixaremos a parte que temos hoje, para animais que possam ser considerados perigosos ou que tenham que ser isolados por algum problema de saúde.

No nosso CROAC– Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia temos feito várias ações de adoção, este ano já foram adotados mais de 30 animais através de iniciativas públicas, quer no “Há Festa no Parque” quer na feira de Sant'Iago, o que para nós é muito positivo. Quando esses animais saem do canil já vão com a vacinação em dia, devidamente esterilizados e com o respetivo “chip”, no entanto se forem muito jovens e não poderem ser esterilizados, automaticamente a sua esterilização fica agendada. Quando a pessoa procede à adoção o animal já vai nestas condições. Também aderimos ao projeto de esterilizações e neste momento temos no canil uma sala cirúrgica, perfeitamente adaptada e que já está em utilização. Neste momento, quer através do projeto do programa CED – Companhia Europeia de Desinfeções, quer através das pessoas que levam os animais para adoção, já somos nós que fazemos as esterilizações desses animais. Tivemos que esperar por luz verde da DGAV, mas neste momento temos estas condições. Aderimos ao projeto de comparticipação das esterilizações e já fizemos chegar à DGAV as candidaturas dos animais que foram esterilizados nos meses de julho e agosto para recebermos a respetiva comparticipação.

Em relação à questão dos abates eles continuam a ser permitidos em caso de agonia dos animais e comprovação médica.

Alertar os senhores deputados que existe um relatório muito interessante da DGAV de maio/abril de 2018, em que cada município faz uma descrição daquilo que foram os abates e as adoções em cada um dos CROAC. É muito interessante percebermos que há municípios de dimensão muito pequena, que têm abates muito significativos e que o nosso município em número de abates relativamente ao ano de 2017, tem um número que consideramos reduzido, cerca de 50 abates, em contraposição com alguns municípios que têm 380/500 e até 700 abates num só ano. Há situações em que os animais não devem estar em sofrimento e isso é permitido pela lei. Apelo à vossa reflexão em relação aos números que foram apresentados e certamente que os restantes municípios também estarão a fazer tudo o que lhes é possível para ultrapassar esta questão. No nosso caso, como este trabalho já tem vindo a ser feito desde há muitos anos atrás, não é uma coisa só de agora ou de há dois anos quando se deu este período de adaptação, para nós pode não ser tão complicado como para alguns municípios que nem sequer têm instalações para poderem vir a recolher animais. A nossa candidatura prevê a recolha de cerca de 80 animais, se calhar é insuficiente, mas pensamos que é um número adequado.

Em relação à pergunta que o senhor deputado Pedro Vieitas fez, “*Se estavam identificados todos os animais errantes que temos*”, nós temos a identificação de todas as colónias, isto relativamente aos gatos, e temos muitas vezes a colaboração das pessoas que são cuidadores das colónias para fazer o programa CED. Nem sempre é fácil, porque algumas pessoas ajudam, mas outras não ajudam, mas através desta via já temos as colónias todas identificadas e muitos dos gatos que temos vindo a esterilizar são exatamente desse programa CED. Relativamente aos cães não temos o número exatamente identificado, mas temos o conhecimento de alguns animais que estão em algumas zonas e temos um controlo desses animais, refiro-me às questões da Arrábida em que sabemos exatamente quais são os animais que temos vindo a monitorizar, também temos o controlo da zona da Mitrena, temos o controlo em relação a um grupo de cães que estão por detrás do Mercado da Xepa. Sabemos exatamente os animais que temos que se encontram monitorizados, que muitas vezes não têm um dono, mas têm uma pessoa que o substitui como se de um dono se tratasse. Uma vez que a situação está controlada muitas vezes optamos por não os recolher.



Presidente da Mesa – Obrigado senhora vereadora pela sua exposição algo extensa, mas suponho que muito importante e esclarecedora sobre a situação do tema que referiu.

Manuel Fernandes (PS) – Pedi a palavra para fazer uma declaração, mas de qualquer das formas tenho tempo. Até podia ter feito uma pergunta, o executivo é que já não tinha tempo para me responder.

Presidente da Mesa – Senhor deputado nós temos alguma regras de funcionamento, como o senhor sabe.

Manuel Fernandes (PS) – Exatamente! Já fui sujeito a elas.

Presidente da Mesa – O período de antes da ordem do dia divide-se em três partes, a primeira parte é destinado aos senhores deputados para levantar as questões ou falar sobre os assuntos de interesse, a segunda parte é destinada a resposta do executivo e a terceira parte destina-se à apresentação dos votos, moções e recomendações. Dentro da lógica que temos seguido não há intervenções nesta parte dos senhores deputados.

Manuel Fernandes (PS) – Compreendo o que está a dizer, mas em sessões anteriores foi-me retirada a palavra, porque já tinha excedido o tempo e aqui ainda não excedemos o tempo. O tempo que foi dado ao executivo para responder de certeza que ultrapassou em muito o tempo que o executivo tinha para poder responder. Aquele tempo que nós temos enquanto partidos da oposição para poder colocar questões e fazer declarações políticas, ainda não foi ultrapassado na bancada do Partido Socialista. Temos todas as condições para podermos fazer as declarações que entendemos, até extinguir o nosso tempo, ou será que a regra agora já mudou novamente? Tal como o Senhor Presidente disse e bem e eu subscrevo, “*A lei é para cumprir*”. A lei aqui terá que ser cumprida novamente.

Presidente da Mesa – É verdade! Aquilo que tem sido as regras que nós temos assumido e em consenso, tem sido da forma como eu explicitiei, nesta fase os senhores deputados não intervém, a não ser para fazer pontos da ordem à mesa.

Manuel Fernandes (PS) – Então eu posso utilizar essa figura, mas não parece apropriada. É uma declaração que deve constar em ata.

Presidente da Mesa – Estou a ser claro relativamente àquilo que estou a dizer, enquanto não houver alterações designadamente em conclusões ou em acordo com decisões ou com entendimentos da Comissão Permanente, não devemos alterar as regras que têm sido seguidas até agora. O senhor deputado com toda essa experiência que tem, no ponto a seguir, embora sendo com votos, com moções e com recomendações, poderá encontrar uma forma de fazer a declaração que entende fazer, se for esse o caso.

Manuel Fernandes (PS) – Não é senhor Presidente! Agradeço a diligência que me fez em relação à experiência, mas efetivamente não é o caso. Só tem cabimento aquilo que tenho para dizer, depois daquilo que foi a intervenção do senhor Vice-Presidente. Aliás todo este diálogo já ultrapassou em muito o tempo que necessito para poder intervir.



Presidente da Mesa – Senhor deputado não é isso que está em causa “os tempos”, essa questão até nem vinha muito a propósito, porque hoje nem temos utilizado o nosso cronómetro improvisado, como bem sabe hoje não temos utilizado esse critério. A intervenção que a Senhora Vereadora fez, foi uma oportunidade para todos nós sabermos nesta temática o que é que a Câmara Municipal está a fazer e têm inovado, retirar-lhe a palavra era uma menos valia para nós, logo não é essa a questão dos tempos.

Manuel Fernandes (PS) – Não vou insistir senhor Presidente.

Presidente da Mesa – Há um entendimento e um consenso que tem havido ao longo deste tempo e que tem sido este que lhe expliquei. Abrir aqui uma situação, não era abonatório para o acordo que tem havido.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Presidente não vou insistir e não vou continuar o diálogo, o Senhor Presidente não me quer dar a palavra e vou acatar e respeitar a sua atitude, não concordando com ela obviamente, apenas pedir-lhe-ei para utilizar essa figura que é um ponto de ordem à Mesa, para podermos dizer o seguinte. Não me foi dada a palavra para fazer uma declaração de voto, não tendo o Partido Socialista extinguido o tempo que têm para fazer as afirmações que entende por bem fazer. Apenas para fazer esse ponto da ordem à Mesa.

Presidente da Mesa – Senhores deputados da parte da Mesa creio que tem havido condescendência suficiente para não se repetirem situações, mais uma vez, como acabámos de verificar, não é fácil gerir esta situação de entendimentos que as pessoas têm e naturalmente dos direitos que assiste a cada um dos senhores deputados.

Vitor Ferreira (PS) – Na qualidade de líder da bancada vale o que vale. Acho que foi muito bem-feita a gestão do tempo, dando a oportunidade ao executivo de prestar a informação que é relevante sobre matéria relevante, não tenho nenhum constrangimento em relação a esse tipo de bonificação ou de prolongamento. Quando o executivo presta a nós, que representamos o povo por quem somos eleitos, esclarecimentos deste género, eles são frutuozos e ajudam-nos também lá fora a dizer que o nosso município, em determinadas áreas pode não estar tão bem, mas em outras está bem.

Tenho feito apelos à minha bancada para uma boa gestão do tempo, para que esta assembleia saía dignificada e possa ser muito melhor naquilo que é o seu desempenho, sem perder tempo com coisas que não vale a pena perder tempo. Nós queríamos apenas fazer uma declaração e a declaração é simples, é dizer que não estando satisfeito com a não resposta, vamos fazer um requerimento.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Nesta parte do Período Antes da Ordem do Dia chegaram à mesa apenas três recomendações apresentadas pelo PAN.

Informar os senhores deputados que o PAN já gastou substancialmente em excesso o tempo que tinha disponível para intervir neste período.

Temos uma primeira recomendação “Criação de um banco de empréstimo de produtos de apoio municipal para pessoas com deficiência ou incapacidade”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10.



“Recomendação

Criação de um banco de empréstimo de produtos de apoio municipal para pessoas com deficiência ou incapacidades

Considerando que:

O envelhecimento demográfico em Portugal tem vindo a aumentar [1], sendo que a população com idade igual ou superior a 65 anos em 2017 representava 21,5% da população total e a população mais idosa (idade igual ou superior a 85 anos) foi estimada em 297538 pessoas, mais cerca de 12000 do que no ano anterior;

Segundo os últimos dados de recenseamento disponíveis da população portuguesa – Censo 2011 – a população idosa (com 65 ou mais anos) residente no concelho de Setúbal é de 18,1%, representando uma variação entre 2001 e 2011 em termos percentuais de 30,3, e o índice de longevidade (proporção da população muito idosa – com 75 ou mais anos – no grupo de idosos) era, em 2011, de 44,3, o que significa que para cada 100 idosos existiam cerca de 44 pessoas muito idosas;

O processo de envelhecimento não está apenas relacionado com o critério cronológico, dependendo das condições físicas, funcionais, mentais e de saúde de cada pessoa. É inevitável, contudo, que ao longo da vida surjam alguns défices funcionais e também doenças; O Instituto Nacional de Estatística estimou [2], para 2015-2017, uma esperança de vida aos 65 anos de cerca de 19,5 anos, sendo que os homens e mulheres podem, respetivamente, esperar viver em média 17,55 e 20,81 anos. No entanto, apesar do aumento da esperança de vida aos 65 anos se ter vindo a acentuar nos últimos anos, estes ganhos em termos de anos de vida não correspondem a anos de vida com saúde. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)[3], apesar destes ganhos, aos 65 anos de idade, as mulheres portuguesas podiam esperar viver em 2017 apenas 25% dos anos sem incapacidades enquanto os homens podiam esperar viver quase 40% dos anos sem incapacidades;

Os dados disponibilizados pelo Censo 2011 revelaram que, em Setúbal, 16,71% (20253) do total de pessoas afirmaram possuir pelo menos uma dificuldade na realização de algumas atividades devido a problemas de saúde, deficiência ou decorrentes do envelhecimento. O tipo de dificuldade com maior incidência na população geral assim como na população idosa relacionava-se com problemas de mobilidade; em ambas as populações, a incapacidade total ou muita dificuldade em andar ou subir degraus era identificada por mais de 50% das pessoas. E do total de indivíduos que afirmaram ter pelo menos uma dificuldade na realização de algumas atividades devido a problemas de saúde, deficiência ou decorrentes do envelhecimento 51% (10341) eram pessoas idosas.

Considerando que o Município de Setúbal apresenta competências nas áreas social e da saúde, e avoca um papel importante nestas matérias, nomeadamente através de medidas e programas de apoio às pessoas e famílias em risco de vulnerabilidade social e com carências económicas tendo por objetivo não só a melhoria da sua qualidade de vida como a mitigação de situações de incapacidade permanente ou temporária que colocam em causa a efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com as/os outras/os.

Mesmo que existam no município centros de recursos de ajudas técnicas de instituições privadas, um banco de empréstimo de produtos de apoio municipal constitui uma resposta social económica para pessoas com fracos recursos económicos e está assente num novo paradigma de consumo baseado no acesso a bens/serviços, através da partilha e não na sua aquisição, indo ao encontro do conceito de economia circular, uma vez que tem por base a reutilização e redistribuição dos produtos.



Pelo exposto, a representação municipal do PAN propõe à Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 13 de setembro de 2018, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:

- 1. A criação de um banco de produtos de apoio municipal para pessoas com deficiência ou incapacidades, permanentes ou temporárias, por meio de empréstimo, mediante a avaliação das necessidades e dos produtos mais adequados;*
- 2. Disponibilização online de uma base de dados relativa aos produtos de apoio, permanentemente atualizada, de modo a que as várias entidades interessadas tenham conhecimento de quais os produtos de apoio disponíveis em tempo real.*

[1] Destaque – Estimativas de População Residente em Portugal 2017, Instituto Nacional de Estatística, 15 de junho de 2018.

[2] Destaque – Tábuas de Mortalidade para Portugal, 2015-2017, Instituto Nacional de Estatística, 29 de maio de 2018.

[3] Portugal – Perfil de Saúde do País 2017 in https://read.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/portugal-perfil-de-saude-do-pais-2017_9789264285385-pt#page1

João Viegas (CDS-PP) – Concordo muito com o que aqui está escrito, mas em relação às recomendações que são feitas pelo PAN dar nota do seguinte. Muitas das instituições existentes no nosso concelho já têm estes produtos de apoio, o próprio Conselho Local de Ação Social poderá também desenvolver esta função. Não me parece que a criação de um banco de produtos por parte do município possa resolver esta questão. Faz mais sentido e aí concordo com o 2.º ponto, que é a disponibilização “online” utilizando a informação que eventualmente for prestada pelas diversas instituições e pelo próprio Conselho Local de Ação Social. Se for votada esta recomendação, sugiro que ela seja votada por pontos com uma alteração ao 1.º ponto da recomendação.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação temos um conjunto de interrogações, sendo que muitas delas derivam da forma como a recomendação está formulada, precisavam de uma reflexão, não sendo este o espaço mais adequado. Ficamos sem saber, ainda que possamos adivinhar, que produtos de apoio municipal são estes. Temos esta dúvida partilhada com o eleito do CDS relativamente ao trabalho que já é desenvolvido por um conjunto de instituições particulares de solidariedade social no concelho. Temos um conjunto de dúvidas sobre o trabalho que já é feito pelo próprio município de apoio a estas áreas e que também não aparece referido neste documento. Esta recomendação à semelhança de outras apresentadas pelo PAN surgem como se tivéssemos todos a partir do zero, na realidade não estamos, porque há trabalho nestas áreas no concelho, quer por parte das autarquias quer por parte de um conjunto de instituições. A sugestão que faríamos era que a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais pudesse abordar esta recomendação, discuti-la, trocar algumas impressões, ainda que da nossa parte exista logo à partida, este conjunto de interrogações sobre este documento.

Suzel Costa (PAN) – Julgo que ainda tenho algum tempo, não esgotei o tempo naquelas três perguntas.

Presidente da Mesa – A senhora deputada sabe o tempo reduzido que tem e com toda a condescendência que já referi que a Mesa tem considerado nesta sessão. De qualquer forma, se a senhora deputada tem alguma questão a colocar face às propostas que foram feitas, pedilhe para ser o mais célere possível, apenas dizendo se está de acordo ou não com as propostas que foram feitas.



Suzel Costa (PAN) – O PAN pode aceitar que baixe à comissão, uma vez que o que está aqui em causa seria uma centralização de todas estas ajudas que possam existir em algumas instituições privadas, mas que estão dispersas e sendo também alargadas não só a pessoas com menos recursos económicos, mas a todas assentes num outro paradigma que não o de consumo, mas de partilha. Daí poder equacionar que baixe à comissão para discutirmos isto de outra forma.

Presidente da Mesa – Estamos todos de acordo que esta recomendação baixará à comissão, até de acordo com a sugestão que a senhora deputada fez.

Por razões formais ponho à votação a proposta que foi apresentada nesta recomendação de baixar à comissão.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação aprovada para baixar à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Apresentação da Recomendação do PAN “Caixas-ninho para Chapim”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

“Recomendação Caixas-ninho para Chapim

A lagarta-do-pinheiro, ou processionária-do-pinheiro (Thaumetopoea pityocampa), é um inseto desfolhador, responsável por parasitar espécies de Pinus e Cedrus.

Considerando que:

A lagarta-do-pinheiro possui poucos predadores naturais e constitui um perigo efetivo para o homem e, em particular, para as crianças e os animais, provocando reações de hipersensibilidade, urticária e reações alérgicas, no caso de contacto com os olhos ou as vias respiratórias. Os seus efeitos são particularmente graves em cães e gatos que entrem em contacto com aquelas, através da pele ou mucosas, dado que podem provocar necrose ou até mesmo ser fatais. Deste modo, no que se refere à saúde pública, a lagarta-do-pinheiro pode constituir um grave problema junto a locais habitados ou frequentados pelas populações, como escolas e parques, sendo igualmente responsável por inúmeros estragos nas espécies arbóreas.

É de extrema importância atuar na prevenção e na diminuição da processionária nas escolas, parques e jardins do município de Setúbal, e existem métodos para a combater sem recurso a produtos químicos. Falamos de fauna como o morcego e o chapim, este último um predador natural da processionária e que se alimenta de sementes e insetos, o que reduz significativamente o número de lagartas nos ninhos.

O chapim é uma ave cuja proximidade aos seres humanos não condiciona a nidificação, mas cujo habitat está cada vez mais em risco, pelo que a sua preservação também é importante.

A representação municipal do PAN propõe à Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 13 de setembro de 2018, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:

- 1. A adoção de medidas naturais, designadamente, instalação de caixas-ninhos para chapins para prevenir e controlar de forma natural a proliferação da processionária-do-pinheiro, criando condições que estimulam o aumento das populações de chapins, cuja principal fonte de alimento é este inseto, ao mesmo tempo que se promove a biodiversidade e o equilíbrio das zonas que habitam.”*



Jerónimo Lopes (CDU) – O PAN e qualquer um dos deputados presentes de qualquer das forças presentes, tem toda a legitimidade para apresentar todas as propostas de recomendação, resoluções, etc... No entanto há alguma banalização desta figura que não está a prestigiar e está a desvirtuar aquilo que é a finalidade da recomendação, que deve ser adequada relativamente àquilo que é a separação de poderes entre o executivo e a Assembleia Municipal e que deve resultar na aprovação de recomendações relativamente a temas que o executivo, não estando obrigado a seguir, deve valorizar e deve seguir esse caminho. Uma questão que colocava à reflexão é que um dia destes estamos a fazer recomendações sobre o tipo e tamanho de pregos ou a forma de cabeça que deve ter determinado parafuso para os serviços adquirirem. Na minha ótica não é por aí que deveríamos ir. Se calhar exagerei na figura, mas parece-me que há também alguma desvalorização e até algum desrespeito sobre aquilo que é a capacidade e a intervenção dos muitos e bons profissionais, que nos diversos departamentos trabalham nestas áreas. Sem querer entrar muito em detalhe salta-me algumas contradições que não são definitivas, mas quando colocamos a questão, e esta parece-me óbvia, de que o habitat do Chapim está em risco e em degradação, naturalmente não é por questões alimentares, porque pelos vistos a lagarta do pinheiro prolifera e desse ponto de vista haveria alimentação. Os serviços da Câmara têm procedimentos, que não são procedimentos de natureza química e nociva, são procedimentos biológicos que utilizam na procura de controlo da lagarta do pinheiro e de outras infestações. Existem instrumentos que podem ser utilizados, quero do ponto de vista do requerimento, da sugestão, etc., sobre estas matérias, pelo que sugeria que o PAN pudesse retirar esta recomendação e que utilizasse outra figura relativamente a esta e outras matérias. Trata-se de uma sugestão que podem ou não seguir, porque não é ajustada por estas duas questões, de acordo com aquilo que é a atuação dos serviços do município.

Vitor Ferreira (PS) – Vou acompanhar aquilo que foi dito pelo deputado Jerónimo Lopes, pela preocupação em relação à banalização e também naquilo que é a referência ao serviço competente que deve ser prestado pelos técnicos da autarquia. Consultámos o nosso especialista em Chapim e se a proposta não baixar ou se não for retirada conforme proposta do deputado Jerónimo Lopes para ter outra forma, votaremos favoravelmente.

Suzel Costa (PAN) – Não vou retirar a proposta.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 18 da CDU e 1 de AC, 14 votos a favor, 9 do PS, 2 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do PAN, e 4 abstenções, 1 da CDU, 2 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Apresentação da Recomendação do PAN “Implementação de um plano de incentivos à adoção de animais de companhia para adultos com mais de 65 anos e às atividades assistidas por animais”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

“Recomendação

Implementação de um plano de incentivos à adoção de animais de companhia para adultos com mais de 65 anos e às atividades assistidas por animais

Segundo os últimos dados de recenseamento disponíveis da população portuguesa – Censo 2011 – a população idosa (com 65 ou mais anos) residente no concelho de Setúbal é de 18,1%, representando uma variação entre 2001 e 2011 em termos percentuais de 30,3, e o



índice de longevidade (proporção da população muito idosa – com 75 ou mais anos – no grupo de idosos) era, em 2011, de 44,3, o que significa que para cada 100 idosos existiam cerca de 44 pessoas muito idosas;

De acordo com os dados apurados pela Guarda Nacional Republicana no Censos Sénior 2017, existem 36924 idosos que vivem sozinhos ou que estão isolados, em Portugal (1). Estes números têm vindo a aumentar e, com o envelhecimento da população portuguesa, as previsões não são animadoras. No distrito de Setúbal, em 2017, foram sinalizados 1751 idosos, dos quais 945 (54%) vivem sozinhos e/ou isolados.

No contexto atual, a tendência para viver sozinho, sem uma companhia humana, aumenta e, deste modo, as interações sociais alternativas tornam-se muito importantes à manutenção da saúde e do sentimento de bem-estar (2). O isolamento social é um fator que está associado à deterioração da saúde física e mental no ser humano em geral, e provoca nos idosos um declínio das capacidades cognitivas, apatia, depressão e comportamentos antissociais, para além de estar também associado à taxa de mortalidade, independentemente de doenças pré-existentes (3,4,5). Deste modo, a sociedade deve diligenciar esforços no sentido de mitigar os efeitos do isolamento social em idosos, procurando soluções exequíveis que contribuam para um aumento da qualidade de vida dos mesmos.

É cada vez maior o número de pessoas que estabelece uma relação de mútua afetividade com os animais e o binómio pessoa-animal apresenta benefícios para os primeiros nas esferas sociais, emocional, cognitiva e física, promovendo a sociabilização e a estimulação mental, entre outros. O contacto diário com animais de companhia é, deste modo, um dos fatores que contribui para a redução das consequências negativas face ao isolamento social.

Existem vários estudos que demonstram os efeitos positivos que os animais têm na saúde de adultos com mais de 65 anos. O convívio com um animal de estimação proporciona uma melhoria significativa na qualidade de vida, contribui para a redução do stress, da ansiedade, minimiza a solidão, aumenta o desejo de viver e a felicidade, diminui o isolamento social, propicia o aumento da atividade física em idosos e agem como facilitador e catalisador nos relacionamentos interpessoais. Para além disso, um animal de estimação também constitui um estímulo cognitivo para o idoso no decorrer da interação entre ambos e, consequentemente, contribui para o aumento da autoestima e a diminuição dos estados depressivos (6,7,8). A detenção de animais de companhia é ainda associada à diminuição de alguns fatores de risco cardiovascular, como a pressão arterial e os triglicéridos, e aumenta a taxa de sobrevivência após um ataque cardíaco quando comparado com a não-detenção.

Considerando que a 23 de setembro próximo entra em vigor a lei 27/2016 de 23 de Agosto que estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população e que urge dar uma resposta imediata à falta de espaço do atual CROAC, e do que se prevê ampliado; que importa diminuir o abandono dos animais de companhia e promover a adoção e/ou constituir famílias de acolhimento voluntárias para os animais em canil e gatil municipal; e que é da responsabilidade do governo local zelar pelo bem-estar da sua população, principalmente daqueles que são mais vulneráveis.

A representação municipal do PAN propõe à Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 13 de setembro de 2018, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

- 3. Analise a implementação de um plano de incentivos à adoção dos animais que estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal, para adultos com mais de 65 anos que se encontrem a viver sozinhos ou isolados, nos seguintes termos:*



- a) *Promova campanhas de incentivo à adoção, oferecendo a esterilização, a identificação eletrónica, a vacinação e a desparasitação a quem adotar no canil municipal;*
 - b) *Uma vez que esta população apresenta maior dificuldade de locomoção e, muitas vezes, dificuldades financeiras, os serviços veterinários serão da responsabilidade da Câmara Municipal;*
 - c) *A seleção do animal a adotar deverá ser personalizada, tendo em consideração as características de quem os vai adotar, a docilidade do animal, a habitação para onde irá residir e a sua idade (não podendo ser muito jovem, nem muito idoso).*
4. *Analise o alargamento dos incentivos supramencionados a lares e casas de repouso e promova atividades assistidas por animais, tendo em conta o impacto positivo que o contacto diário com animais de companhia tem na saúde física e psíquica dos idosos e contribuindo para a redução do número de animais institucionalizados, reduzindo os custos com a alimentação dos animais, dado que essa será responsabilidade de quem os adotar.*

(1) <http://www.gnr.pt/comunicado.aspx?linha=4206>

(2) Ramos, M. P. Apoio social e saúde entre idosos. *Sociologias*, n. 7, p. 156–175, 2002.

(3) Steptoe, A., Shankar, A., Demakakos, P., Wardle, J. Social Isolation, Loneliness, and All-cause Mortality in Older Men and Women. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, March 2013. doi: 10.1073/pnas.1219686110.

(4) Barnes Lisa L., Mendes de Leon Carlos F., Wilson Robert S., Biemas Julia L., Evans Denis A. Social Resources and Cognitive Decline in a Population of Older African Americans and Whites. *Neurology*.2004;63:2322–26.

(5) A. Heikkinen Riitta-Liisa, Kauppinen Markku. Depressive Symptoms in Late Life: A 10-Year Follow-Up. *Archives of Gerontology and Geriatrics*. 2004;38:239–50.

(6) H Cull, Giles-Corti B, Knuiiman M, Burke V. Dog ownership, health and physical activity: a critical review of the literature. *Health Place*. 2007;13:261–272.

(7) Raina, P; Waltner-Toews, D; Bonnett, B; Woodward, D; Abernathy, T. Influence of companion animals on the physical and psychological health of older people: an analysis of a one-year longitudinal study. *Journal of the American Geriatric Society*. 1999; Mar:47(3) 323-329.

(8) M. M. Baum and B. W. McCabe. "Companion animals and persons with dementia of the Alzheimer's type: therapeutic possibilities." *American Behavioral Scientist*, vol. 47, no. 1, pp. 42–51, 2003."

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação e não querendo repetir os argumentos que foram aduzidos há pouco pela bancada da CDU, pelo meu camarada Jerónimo Lopes sobre a questão das recomendações, sua banalização e o formato em que elas nos são apresentadas, relativamente a esta recomendação em concreto, não deixamos de acrescentar mais um elemento de preocupação. Também do ponto de vista formal as recomendações são distintas das propostas e nós olhamos para este documento e o que é hoje colocado à apreciação desta Assembleia Municipal, é uma proposta não é uma recomendação. Isto não recomenda fazer e vai ao pormenor de dizer como é que deve ser feito. Há qualquer coisa de estranho do ponto de vista da forma como são tratados estes documentos no Período Antes da Ordem do Dia, que deve por parte de todos nós uma reflexão mais alargada no próprio quadro da Comissão Permanente. Há um conjunto de matérias que são colocadas enquanto recomendação, que atualmente já são feitas. A intervenção da senhora vereadora relativamente a esta matéria, deixou bem claro um conjunto de trabalho que é feito do ponto de vista das campanhas de incentivo à adoção e da forma como elas são feitas. Há aqui um conjunto de matérias relativo à oferta de esterilização, identificação eletrónica, vacinação, desparasitação que vem nesta recomendação que é a prática habitual e corrente. Mais uma vez caímos no problema de termos uma Assembleia Municipal a recomendar determinado tipo de práticas que já ocorrem. Da parte da nossa bancada não estamos disponíveis para acompanhar este tipo de recomendação que não acrescenta nada de novo e limita-se a apresentar na prática aquilo que já acontece. Temos também dúvidas sobre esta possibilidade, até do ponto de vista legal, de umas questões que são colocadas, como a oferta de serviços veterinários a particulares e



relativamente às pessoas que adotam animais, a todas elas são feitos inquéritos sobre as condições que têm para adoção, que já hoje é prática. Por essa razão lamentavelmente não conseguimos acompanhar esta recomendação, não tendo do ponto de vista material nada contra a ideia central que aqui está e que é a do incentivo à adoção por pessoas com mais de 65 anos, não temos rigorosamente nada contra aquilo que materialmente é aqui proposto, mas não nos parece correto que a Assembleia recomende um conjunto de questões que são prática corrente do município.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Diz o próprio PAN que a população apresenta dificuldade de locomoção, isto para nós é uma preocupação relativamente ao bem-estar dos animais. Em que condições é que vão ser tratados os animais? Os animais vão ficar com pessoas que têm falta de locomoção? Estamos a fazer com que os animais depois sejam eles próprios abandonados. Diz na recomendação que os serviços veterinários serão da responsabilidade da Câmara Municipal. Novamente o erário público a pagar serviços privados. Onde é que vão ser? Vão ser nos centros de recolha oficiais? Vão ser em veterinários privados? Todas as propostas que vêm aqui e muito bem, levantam-nos muitas questões, como tal ou teria que ser discutido de outra forma mais séria ou então vamos ter que votar contra esta proposta.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Respondendo um pouco à banalização das recomendações incomoda-me muito mais...”*

Jerónimo Lopes (CDU) – Um protesto senhor Presidente! É uma declaração de voto, peço que seja respeitada aquilo que são as figuras.

Presidente de Mesa – Senhora deputada é uma declaração de voto!

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Mais do que a banalização preocupa-me a ausência de recomendações. Todas as recomendações que estão aqui são uma preocupação das pessoas que nos elegeram. Eu estou aqui para as representar e para apresentar novas ideias, apenas isso.”*

Ausentaram-se do salão nobre um deputado da CDU, um deputado do PPD/PSD e a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, 18 da CDU, 1 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, 13 abstenções, 9 do PS, 2 do PPD/PSD e 2 do BE, e 1 voto a favor do PAN.

III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos dois pedidos de intervenção do público, (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 13 e 14).

Ermelinda Carvalho – Há dois aspetos na cidade de Setúbal que me estão a preocupar. Um deles é o facto de as passadeiras de peões serem pintadas e desaparecerem com grande facilidade, não estão o tempo necessário e, no entanto, elas são a salvaguarda das pessoas que



atravessam as ruas. No Viso que é a obra mais recente na pintura de passadeiras, no entanto elas praticamente já não são visíveis. Agradecia quando as repintassem usassem uma cor bastante chamativa para que os automobilistas respeitem os peões. Junto das escolas gostaria que fosse reforçada a sinalética e a criação de umas pequenas lombas.

Um outro aspeto que me preocupa bastante são os abrigos de autocarros, porque há mais de um ano que estou enviando e-mail para a câmara nesse sentido, pois parece-me uma falta de respeito para com as pessoas que usam os autocarros, eles são feitos de material que concentram o calor de um modo perfeitamente absurdo. Uma das explicações que me foi dada, foi que tinha sido concessionado. Concessionado ou não a responsabilidades perante os cidadãos é sempre da autarquia. Gostaria que alguma coisa fosse feita, porque são os cidadãos mais desprotegidos deste país que usam os autocarros.

António Camacho – Trago algumas questões já antigas ainda quando era autarca. Entreguei em tempos na Junta de Freguesia de São Sebastião um abaixo-assinado dos moradores da Av. das Descobertas, que pediam a colocação de lombas naquela avenida, porque os automobilistas passam a uma velocidade como se estivessem a passar na autoestrada. Não tive resposta ao abaixo-assinado, mas imagino que a junta de freguesia tenha entregue à Câmara. Gostaria de saber o que foi feito do abaixo-assinado e da vontade das pessoas para aquilo que lhes foi pedido, porque tem acontecido algumas situações, numa zona onde habita muita gente idosa.

Entreguei na Junta de Freguesia de S. Sebastião um pedido para que fosse pintado no chão, junto à antiga loja “Fábio Lucci”, os parqueamentos, dado que abriu um restaurante chinês que tem parqueamento próprio, mas as pessoas que frequentam o restaurante nunca utilizam o estacionamento do restaurante. Essa situação tem causado transtorno para os moradores e alguns problemas ofensivos. Na altura obtive a resposta que não havia disponibilidade.

A bomba de gasolina da Repsol que esta câmara infelizmente aprovou, na zona do Monte-Belo veio fazer constrangimento à população, com barulho e cheiros, mas agora temos um problema ainda maior. Os autotanques que levam a gasolina para aquele espaço, caso exista dois ou três carros a abastecer na bomba de gasolina, ficam parados junto à pequena rotunda, o que dificulta a passagem de viaturas e isso tem criado vários problemas, as pessoas protestam e buzina e quem sofre são os moradores. Não sei se é possível estabelecer-se um horário específico para abastecer a bomba de gasolina, porque na hora de ponta, como já tem acontecido, não é possível aqueles autotanques descarregarem o combustível, porque formam filas que chegam à rotunda da Av. Álvaro Cunhal.

Temos um grupo de idosos, cerca de 50, no Monte-Belo a quem nós pedimos várias vezes para nos arranjam um espaço, porque as pessoas naquela idade têm o direito de se reunirem. Há um espaço ótimo no Monte-Belo ao lado da escola primária. Foi prometida às pessoas quando construíram a bomba de gasolina dar aquele espaço. Também nas instalações da bomba havia um espaço para aqueles nossos idosos se reunirem, mas nada foi feito. Há um espaço que foi prometido que tinha sido emprestado aos árbitros. Os nossos idosos reúnem-se debaixo de um telheiro e aquilo não é digno para os nossos idosos.

Gostaria que aqueles aparelhos de desporto que existem no Parque da Bela Vista fossem recuperados.

O piso da ciclovia na Av. Luísa Todi e na Av. José Mourinho está a precisar de ser arranjado, porque tem muitos buracos.

Seria muito interessante que pintassem no chão da placa central da Avenida Todi ou nos jardins um jogo de xadrez com as respetivas peças, para que as pessoas se pudessem juntar e



jogar naquele espaço. Assim como falei no xadrez poderia ser as damas, é uma coisa que não custa muito e poderia ser interessante.

Estamos todos à espera da passagem do PUA para ligar à praia de Albarquel, infelizmente ainda não foi feito

Alerto para a existência de um candeeiro que tem as lâmpadas fundidas e os abajures rebentados e que se encontra na referida gasoleira da Repsol.

Presidente da Mesa – Agradeço aos munícipes que apresentaram as suas questões. Naturalmente que os senhores deputados e o Executivo tomaram boa nota das questões que aqui foram colocadas, tanto em termos de chamar a atenção para problemas existentes, como às propostas e sugestões que aqui foram apresentadas pelos munícipes.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança

A Segunda Secretária fez a chamada e vieram à frente para tomar posse, fazendo o juramento e assinando a ata, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

2. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de Junho-Julho-Agosto 2018

Vice-Presidente da Câmara – Devido à alteração do calendário desta sessão, a rotina que funciona normalmente para preparação deste documento pelos serviços, não foi possível tê-lo pronto para esta sessão, razão pela qual não foi distribuído. O período que decorreu agora será incluído na próxima sessão da Assembleia.

3. Deliberação n.º 232/18 – Proposta n.º 59/2018 – DAFRH – 2º Aditamento ao contrato de crédito a longo prazo - Projetos financiados no âmbito do programa Portugal 2020|Ratificação

Antonieta Saragoça (CDU) – Esta proposta levantou várias questões por parte dos membros desta comissão e uma delas refere-se ao facto de estarmos a fazer o segundo aditamento ao contrato de crédito de longo prazo dos projetos financiados, no âmbito do programa Portugal 2020. Porque estamos a fazer o segundo aditamento e nada nos garante que não estejamos daqui a algum tempo a pronunciarmos para um terceiro aditamento e foi perguntado o porquê de sistematicamente estarmos a pronunciar-nos sobre as mesmas coisas, uma vez que os valores acabam por ser distintos. Compreende-se a necessidade de sabermos de que é que estamos a falar e ter documentação de suporte para verificarmos as diferenças entre os valores que são apresentados numa terminada altura e aqueles que são apresentados agora. Também nos foi explicado pelo membro do executivo o senhor Vice-Presidente e pelo senhor Diretor de Departamento, que se deve ao facto da discrepância de tempo que vai entre o momento da adjudicação e o momento da execução da obra, e também se deve ao facto de haver obras que



tendo começado e tendo sido feitos pagamentos sobre elas, depois o montante diminui ao momento deste aditamento, daí estas diferenças.

Foi levantada uma questão que não é de somenos importância trazermos para o coletivo desta assembleia, o facto de o Tribunal de Contas sistematicamente colocar questões à Câmara Municipal, muitas delas, segundo a leitura do senhor Vice-Presidente da Câmara, feitas displicentemente e sem muito fundamento. O senhor Diretor do Departamento confirmou que algumas das perguntas nem se quer têm sentido e ilustrou com um exemplo, a propósito de um edifício que estava incluído nestes valores, para a aquisição do mesmo, o Tribunal de Contas solicitou que fosse apresentado o comprovativo do acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a associação a quem ele ia ser entregue. A Câmara Municipal não pode dispor da celebração de um acordo a entregar um imóvel que ainda não é seu. Há um conjunto de pedidos feitos pelo Tribunal de Contas que só levam a que as coisas não andem para a frente e que ponham uma série de entraves ao andamento normal dos serviços. Também há que ter em conta que a Câmara Municipal tem razões de queixa do Tribunal de Contas, no sentido de nos fazer pronunciar pela segunda vez e quando isto chegar ao Tribunal de Contas, haverá uma outra discrepância qualquer e vamos ter que fazer outro aditamento. Sei que me alonguei um pouco, mas estas são preocupações que foram vinculadas por todos os membros desta comissão.

A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 10 votos a favor da CDU, PS, BE e AC e uma abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Pedro Vieitas (CDS-PP) – É mais uma chamada de atenção do que uma intervenção. Tive a oportunidade de fazê-lo na Comissão de Economia onde estava o senhor Vice-Presidente.

Estas propostas quando vêm à Assembleia Municipal devem vir acompanhadas de outro tipo de documentos, que possibilitem que os deputados possam de uma forma mais séria, apreciar o que aqui vem. Como foi dito na comissão, nós detetamos incrementos de despesa em algumas rubricas, noutras rubricas existe a diminuição dessa despesa o pedido do crédito bancário, como tal gostaríamos de ter acesso para saber se são trabalhos que não vão ser realizados, no caso de a diminuição da despesa, ou se já foram trabalhos efetuados e pagos. Não temos documentação de suporte. Temos por exemplo, na reabilitação da envolvente do Convento de Jesus um incremento de duzentos e oito mil, seiscentos e sessenta e três euros, em que nos foi transmitido que terá sido na adjudicação, mas nós não tivemos acesso a essa documentação. Relativamente à devolução por parte do Tribunal de Contas, gostaríamos de ter acesso à documentação que veio do Tribunal de Contas, porque precisamos de saber o que é que o Tribunal de Contas alega relativamente àquilo que lhe está a ser apresentado, para que também nós possamos ter essa informação, para de uma forma séria podermos debater estes assuntos.

Afonso Luz (CDU) – Estando naturalmente a favor desta proposta não queria deixar aqui algumas considerações. O empréstimo que foi contratado com o BPI e que foi aprovado nesta assembleia, referia que se tratava de uma abertura de crédito até ao montante de 7,9 milhões de euros. Conforme foi dito na intervenção anterior, estranha-se a atuação do Tribunal de Contas que vem pedindo sucessivas atualizações do valor. À medida que o tempo vai correndo existem coisas que vão sendo pagas, existem outras que sendo baseadas em orçamentos se vão concretizando e os valores ultrapassam os inicialmente apontados ao Tribunal de Contas. Estamos perante uma telenovela sem fim à vista e por este caminho na próxima assembleia estaremos perante um terceiro aditamento e na assembleia que se segue estaremos perante um



quarto aditamento. Desta forma o Tribunal de Contas irá inviabilizar a concretização deste empréstimo. Isto é lamentável e não podemos de deixar aqui o nosso protesto público.

João Viegas (CDS-PP) – É a terceira vez que estamos a debruçar sobre esta questão. A bancada de CDU provavelmente tem a informação que mais nenhuma bancada tem, porque em bom rigor nenhum de nós conhece quais são os argumentos do Tribunal de Contas e das recomendações. Foi por isso também que na assembleia de 29 de junho esta bancada sugeriu que em anexo a este documento viesse a recomendação do Tribunal de Contas. Há aqui uma quase teoria de perseguição do Tribunal de Contas, mas em bom rigor nenhum de nós conhece de uma forma aprofundada se as razões fazem ou não sentido. Em bom rigor desde que esta proposta vem à Assembleia já temos uma redução, desde o valor inicial até esta proposta que hoje temos em cima da mesa, de 1.945.950€ e uns trocados. No espaço de poucos meses há aqui uma redução de perto de 2 milhões de euros. Também não cola a explicação que foi dada na Assembleia de 29 de junho, do senhor Vice-Presidente, quando exatamente sobre o mesmo assunto e dando a explicação do porquê da redução de alguns valores, disse na altura e cito *“quanto à informação de recomendação do Tribunal de Contas é muito simples, entre a apresentação do visto do Tribunal de Contas, do volume de obras e dos valores a pagamento até à emissão do visto, decorreu um prazo que foi suficiente para ir sendo feitos pagamentos e no momento do visto do Tribunal de Contas já informações atualizadas”*, fim de citação. Esta justificação não cola, porque temos redução de verbas (aqui faz sentido a explicação que foi dada pelo senhor Vice-Presidente), mas depois temos um aumento de outras verbas. Se, entretanto, foram realizados pagamentos, como é que de repente aumentam-se os valores? Esta é uma explicação que também tem que ser dada.

Em bom rigor, muitas destas dúvidas que nos assistem, provavelmente com os tais anexos, com uma informação mais trabalhada, permitiria uma maior transparência e eventualmente iria esclarecer muitas das dúvidas que tenho e que provavelmente outras bancadas têm.

Manuel Fernandes (PS) – Em relação a esta matéria, ainda tenho algumas coisas a acrescentar, mas muito daquilo que eu tinha para dizer, já foi dito, até mesmo pela própria presidente da comissão, que muito bem explicou aquilo que se passou relativamente à discussão deste ponto, em sede de comissão. Foram ainda ditas algumas coisas que faz todo o sentido, porque um órgão como a Assembleia Municipal, para além de fiscalização também tem outras responsabilidades atribuídas, nomeadamente no acompanhamento de toda atividade e as ligações que o município tem para com as outras entidades reguladoras da atividade autárquica, nomeadamente a Direção Geral das Autarquias Locais e o próprio Tribunal de Contas, que de uma forma ou de outra norteia a nossa atividade. O próprio Tribunal de Contas, parafraseando aquilo que disse o nosso Diretor Financeiro em sede de comissão, dr. Paulo Hortênsio, questionou a sistemática avaliação que é feita pelo Tribunal de Contas, colocando em causa não só a coerência, mas a honestidade e transparência do próprio Tribunal de Contas, nomeadamente em relação ao município de Setúbal. Ele diz que já trabalhou em vários municípios e nunca viu isto nos outros municípios onde trabalhou e foi mais longe dizendo, *“colocando em causa a sua própria natureza em termos de competência, dada a natureza de algumas perguntas feitas à Câmara, nomeadamente aquela que foi referida pela senhora presidente da comissão”*, ou seja, é relevante e até é grave se anuirmos de alguma forma com aquilo que se subentende ser uma perseguição do Tribunal de Contas ao município de Setúbal. Isso é grave e esta Assembleia não pode deixar passar em claro, deixar esta situação sem qualquer tipo de resposta ou sem qualquer respaldo. O próprio executivo terá que tomar providências nesse sentido, porque não é admissível se for verdade.



Devem de chegar à comissão, para ser do conhecimento de todos os deputados ou pelo menos dos membros da comissão, quais os fundamentos pelos quais o Tribunal de Contas pede mais um aditamento. Nesse caso, segundo aquilo que disse o executivo, é possível que se chegue a um terceiro aditamento ou até mesmo a um quarto, tendo em conta aquilo que foi a justificação dada pelo senhor Vice-Presidente e pelo senhor Diretor Financeiro. Acontece que nós não conhecemos os fundamentos do Tribunal de Contas para ficarmos apenas pelas respostas dadas pelo senhor Vice-Presidente. Sugeriria que a acompanhar aquilo que já foi dito pelos intervenientes anteriores, que chegasse essa documentação para justificar duas coisas, em primeiro lugar a justificação do porquê da diferença de valores quando se justifica o pedido de um segundo aditamento e quais os fundamentos que o Tribunal de Contas invoca para pedir esse mesmo segundo aditamento, e possivelmente um terceiro aditamento. Não pode ficar no ar alguma suspeição relativamente ao Tribunal de Contas para com o município de Setúbal.

Costa Ferreira (PPD-PSD) – Gostaria que fosse esclarecido as designações das três obras. Quantos sistemas é que temos de saneamento de Setúbal e o que é que é entendido por otimização dos sistemas de saneamento.

As obras de prevenção de cheias em Setúbal englobam as obras de prevenção em Setúbal, mas a seguir vem uma regularização do troço final da ribeira e bacias de retenção. Estamos a falar do mesmo tema. Há aqui uma designação que é abrangente e depois particulariza-se outra. Isto também não ajuda a clarificar a análise do próprio Tribunal de Contas.

Afonso Luz (CDU) – A informação privilegiada que a bancada da CDU terá sobre estas questões foram as informações que foram prestadas na comissão, não passa disso.

Na minha intervenção expliquei que o aumento de verbas que se verifica nalguns dos itens se deve a que inicialmente tinham a ver com orçamentação que estava feita e que depois em fase de adjudicação foram para além daquilo que estava inicialmente previsto. Não estamos a falar de um pedido de empréstimo para coisas novas e nem percebi bem esta última intervenção. O que está aqui em causa são projetos que estão aprovados e que estão a ser financiados no âmbito do programa Portugal 2020, tal como é referido na proposta, e cuja execução é controlada por outras entidades. Isto já são coisas aprovadas e o que estamos a falar é do financiamento que está sucessivamente a ser travado pela atuação do Tribunal de Contas.

Relativamente à intervenção do deputado Manuel Fernandes, foi dito em sede de comissão pelo senhor Vice-Presidente que esta atuação do Tribunal de Contas não está a ser só contra a Câmara de Setúbal, isto é uma atuação generalizada. Estava-se a tratar na altura da questão de Setúbal, mas isto está a ser generalizado. O Tribunal de Contas está a atuar neste país como uma força política e está a ter decisões muito discutíveis, que ultrapassam as competências do próprio Tribunal.

Manuel Fernandes (PS) – Só para referir que apenas parafraseei aquilo que o Diretor Financeiro, dr. Paulo Hortênsio frisou em sede de comissão. Aquilo que ele disse foi: “*Já trabalhou em vários municípios e nunca aconteceu aquilo que está a acontecer com este município.*” Foi o que ele disse e é o que está na ata. O senhor deputado há pouco estava a generalizar “*era o que estava a acontecer em todos os municípios*”, mas não foi isso que o senhor Diretor Financeiro disse, o que o senhor Diretor Financeiro disse e que até foi anuído pelo senhor Vice-Presidente, “*O que está a acontecer com este, não aconteceu com mais nenhum*” foi isso que ele disse.



Vice-Presidente da Câmara – Há aqui duas questões, sendo que uma questão é mais metodológica em relação às apresentações e fundamentação das propostas, que tem que ver com aquilo que o senhor deputado Pedro Vieitas vem colocando, quer todas as fundamentações e todo o processo. Não de compreender que não é possível replicar todo um processo, que neste caso é volumoso para trazer anexado a uma proposta, mas o processo está disponível. Chegar ao momento de uma reunião da comissão, de sessão de assembleia ou da reunião de câmara e pedir os dados. Os dados são todos consultáveis e os processos antes das reuniões. Os senhores deputados ou os senhores vereadores têm todo o direito de pedir aos serviços para consultar os processos. Não podemos é colocar numa proposta como fundamentação um vasto conjunto de documentos dos procedimentos.

Esta proposta vem em sequência de outras e as fundamentações que já vieram nas propostas que foram levadas à reunião de câmara e assembleia, em duas reuniões anteriores, têm que ser consideradas como tendo fundamentação precedente esta proposta. Ainda assim está nos considerandos da proposta uma explicação suficiente. Se os senhores deputados querem atuar como um juiz de investigação teremos que trazer toda a documentação atrás. Está escrito na proposta que a nova devolução pelo Tribunal de Contas, se deveu ao facto de ter havido necessidade de evidenciar o valor do empréstimo a atribuir a cada projeto que não ultrapasse o montante que falta pagar “*Se já houve pagamentos, evidenciem que o valor não ultrapassa o que falta pagar*”. Os vistos do Tribunal de Contas decorreram muito tempo! Tenho a perceção e noção e sem embargo nenhum o digo, que o Tribunal de Contas sistematicamente utiliza como que um expediente dilatatório, na maximização dos prazos, de aplicação de decisão do visto, que parece ser patente aos olhos de todos. Que o Tribunal de Contas tem uma atitude persecutória, tem! Tem uma atitude persecutória que lhe é cometida por lei, é persecutória à despesa indevida, à despesa ilegal e isso deve prosseguir, porque é essa a sua função. Aquilo que comentei em comissão, assim como o senhor Diretor Financeiro, não foi nos termos em que agora foi referido pelo senhor deputado Manuel Fernandes, não foi em relação só a esta câmara, mas disse que esta era uma atitude em relação a todas, evitar a despesa. Eu é que afirmo e sustenho, que em muitas das apreciações que o Tribunal de Contas faz pedidos de esclarecimento, invade uma esfera que já não lhe é própria, que é a da legalidade da despesa, e faz apreciações de mérito à gestão e à decisão dos autarcas para fazer a despesa. São coisas que já não estão na sua esfera e basta ler os pedidos de esclarecimento, os pareceres que fundamentam, bem como os seus relatórios. O Tribunal de Contas faz apreciações que não são de mera apreciação da legalidade da despesa e é essa a sua função. A título de exemplo, para atribuição de um subsídio de constituição de uma associação, mandam provar que ela está constituída. É um pouco como a lei da emigração, para se poder legalizar e ter direito à residência tem que ter trabalho, mas para ter trabalho tem que ter uma residência. Então o que é que vem primeiro? Há um problema que está a ser levado ao exagero pelo Tribunal de Contas, numa prolação sistemática da emissão dos vistos. Não estamos perante um visto de um contrato de adjudicação, é um visto para um empréstimo para financiar, para pagar obras num determinado grupo de obras, que foram afixadas quando vieram a reunião de câmara.

Os contratos estão em execução, o que estamos a pedir é um visto para ir fazer um empréstimo bancário para suportar, para financiar essas obras, para as pagar, como está no quadro legal que nos permite fazê-lo.

Claro que podem ser conhecidos e todos os deputados e os vereadores devem até conhecê-los, basta consultar o processo. Não podemos é estar, repito, a reproduzir todo o processo ou grande parte do processo para trazer aqui uma proposta em relação a um procedimento que é comum. Não têm esta perceção, mas é verdade.



As justificações estão aí referidas por que é que o Tribunal pede, basta olhar enquanto a obra está a decorrer e o pedido de empréstimo é feito quando os concursos são lançados, a adjudicação e a decisão final da aprovação pode ser por um valor diferente e foi essa a explicação que o Sr. Diretor Financeiro deu na comissão.

No momento da adjudicação a obra tem um valor que respeita os termos do concurso, mas é superior ao mínimo que foi ponderado, e isso aí é uma variação e, entretanto, nas obras que estão a decorrer, vão sendo feitos pagamentos.

Quanto mais tempo demora o visto, mais vai evoluindo a execução financeira das obras e pode-se sempre dizer, perante a demora na decisão sobre o visto, que agora já não corresponde. É este o problema. Há falta de celeridade, porque o Tribunal de Contas, como qualquer outra instância, pode normativizar em fichas uniformizadas o pedido de pareceres com todos os elementos que é preciso lá pôr. Uma vez feito isso, os pedidos de visto só seriam aceites quando o Tribunal determinar os elementos que são necessários à partida. E isso é mais objetivo para apreciação, não sendo feito assim fica sujeito a parecer sem a preocupação da celeridade que impõem estas situações que são para financiamento, para pagamento de obras que já estão conversadas, já estão adjudicadas e que estão a decorrer.

Quanto ao sistema de otimização do saneamento para as obras de prevenção de cheias, estão à vista na cidade. Quem é que não sabe que uma obra de prevenção de cheias, é o que se está a fazer na zona da Várzea. As obras não estão à vista aqui na cidade, do Rio da Figueira e da Ribeira do Livramento. É preciso pôr em que linguagem para perceberem as obras que estão a decorrer e à vista da população sobre a otimização do saneamento da intervenção de cheias? Sabem quais são, aliás elas estavam identificadas quando vieram as propostas de aprovação da contração do empréstimo para as financiar.

Em relação à questão do Tribunal de Contas não vamos nem diabolizar a câmara, porque faz mal os procedimentos para o Tribunal, nem diabolizar o Tribunal de Contas que faz a sua função na perseguição da despesa ilegal e indevida, mas exagerada no procedimento. É a minha opinião, não comprometo a câmara com isto, assumo só por mim.

Exagera na dilação e uso até aos limites dos prazos de emissão dos vistos, para evitar de uma forma que é processual a realização da despesa. Só que, nestes casos, a despesa tem que ser feita, já está em andamento, já estão em execução, ela tem que ser feita, portanto, se causa prejuízos não traz benefícios.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) - Somente para dizer ao senhor Vice-Presidente Manuel Pisco, que, infelizmente, a maioria dos membros desta Assembleia Municipal não são profissionais da política autárquica, trabalham e quando fazem parte de comissões como esta de Finanças devem ter acesso dado pela Câmara Municipal a toda a informação. Mandaram um mapa em excel para o Tribunal com a relação de contas, é muito pesado, trazem uma *pen* e distribuem aos membros dessa comissão e se não for tão pesado enviem por e-mail, bem como aquilo que o Tribunal de Contas apresentou ao executivo, façam-nos chegar também.

De certeza que, se calhar, não estávamos aqui e agora a debater se o Tribunal de Contas é persecutório, se não é persecutório, se os membros estão a decidir, se foi adjudicado... Também lá perguntei se este valor que aumentou de 600 e qualquer coisa mil para 800, quando é que foi a data da adjudicação e também ninguém me respondeu.

Sim senhor, o trabalho foi adjudicado e houve um aumento, então digam quando é que foi adjudicado e ninguém me disse. Como é que podia sequer ir à procura de alguma coisa quando nem sequer sei quando é que foi, o que também não me foi respondido.

Senhor Vice-Presidente, faço e reitero o meu pedido, façam-nos chegar essa informação atempadamente para que a comissão possa decidir perante aquilo que lhe é apresentado e



poder estar aqui verdadeiramente ao serviço da população de Setúbal, para que possa também aqui escrutinar verdadeiramente aquilo que está a ser realizado pelo executivo.

João Viegas (CDS-PP) – Em primeiro lugar queria dar aqui uma nota, é que os membros desta assembleia não fazem todos parte da Comissão de Economia, Administração e Finanças e nem os partidos que estão representados nesta assembleia também fazem parte da referida comissão, portanto, é importante aquilo que foi pedido também na assembleia de 29 de junho, na altura era pertinente, neste caso então com o segundo aditamento, mais se justifica.

Era no mínimo a recomendação do Tribunal de Contas que viesse anexo. Na altura foram dadas estas justificações. Como é óbvio faziam sentido as justificações que foram dadas pelo Sr. Vice-Presidente, porque há um ajustar da despesa que, entretanto, foi realizada.

O que aconteceu foi que, por exemplo, a requalificação da envolvente do Convento de Jesus, da primeira versão para a segunda há uma redução de 212.560,00€ e desta segunda proposta para a terceira há um aumento de 208 mil euros. Se na primeira versão fazia sentido dizerem que não houve pagamentos e há uma redução dos valores, então agora há um aumento? É óbvio que reduziram outras, porque há aqui uma redução no valor global de 415 mil euros, mas no concreto há aqui três exemplos destes, de subidas 208 mil, 101 mil e 125 mil euros. Se a despesa já foi realizada, porque que é que agora temos aqui um valor diferente, a mim faz-me confusão, se calhar ao Tribunal de Contas também faz.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, 1 voto contra do CDS-PP e 4 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

4. Deliberação n.º 240/18 – Proposta n.º 07/2018 – GAF – Apoio às obras de requalificação do Mercado Mensal de Azeitão

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, porque os esclarecimentos foram prestados, uma vez que temos o privilégio de ter a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão como membro desta mesma comissão, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Manuel Fernandes (PS) – Efetivamente, como a senhora Presidente da Comissão disse, nós até temos o privilegio de ter a presença da senhora Presidente da Freguesia de Azeitão que nos prestou os esclarecimentos, no entanto, não gostaria de deixar passar em claro, até para que conste em ata, que a senhora Presidente de Azeitão frisou que conseguiria acomodar a diferença que existe entre a participação ou o apoio da câmara na requalificação do Mercado Mensal de Azeitão e aquilo que é a exigência para a Junta de Freguesia e o orçamento da Junta de Freguesia.

A senhora Presidente disse que conseguiria acomodar os 260 mil euros e a câmara disse que não consegue dar mais do que os 40 mil euros de apoio, tendo em conta que é uma delegação de competências ao abrigo do protocolo de delegação de competências daquilo que são as competências transferidas do Município para a Junta de Freguesia.

Não deixa de ser caricato, e gostaria também de frisar aqui que no ponto a seguir nós veremos a votação da senhora Presidente da Freguesia de Azeitão que é contra a proposta do Governo



da transferência de competências do Governo, sendo que a diferença das transferências do Governo e a comparação com a transferência da autarquia para a Junta de Freguesia não se situará certamente numa base de 86/15, que é o caso que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão assumiu face às responsabilidades da requalificação do Mercado de Azeitão. Portanto, assume 86% e não assume que uma lei que faz acompanhar os recursos financeiros, é caricato, mas aconteceu e, obviamente isso não impede que o Partido Socialista obviamente acompanhe a proposta, porque se está bem para a Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão e se está bem para a Câmara Municipal, o Partido Socialista não se irá opor, certamente.

João Viegas (CDS-PP) – Vou tentar centrar-me só na proposta que estamos a analisar.

Em relação àquilo que é o sentido desta proposta, a decisão de avançar com esta obra foi feita pelo executivo da Junta de Freguesia de Azeitão, como é óbvio, com a autonomia que tem entendeu por bem avançar com este conjunto de obras e o executivo da Câmara Municipal comparticipa com estes 40 mil euros, entendendo que é uma obra que faz sentido e que, portanto, deve comparticipá-la.

Tirando isto e dado o facto de também estarem aqui referidos os valores que estão envolvidos na recuperação deste mercado, julgo que está reunida toda a documentação e toda a informação para podermos votar esta proposta.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta, que iremos votar a favor, dar um esclarecimento que foi prestado na comissão e que, aparentemente, terá passado despercebido ou pelo menos na intervenção do eleito Manuel Fernandes não vi referência a ela.

Foi explicada e julgo que bem pela senhora Presidente da Junta de Freguesia e pelo senhor Vice-Presidente da Câmara esta situação no concreto. É que não se pode contabilizar, do ponto de vista daquilo que é o apoio do município, apenas estes 40 mil euros que aqui estão identificados, é preciso identificar a maquinaria que foi disponibilizada, a mão de obra que foi disponibilizada para a obra e é preciso que no quadro deste protocolo de transferência de competências a totalidade da receita, independentemente, de podermos achar que é muita ou pouca, reverte a favor da Junta de Freguesia.

Este conjunto de esclarecimentos, o senhor não apanhou, não ouviu bem na comissão e era apenas para lembrar estes elementos que foram aduzidos na discussão que tivemos na comissão.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – O senhor deputado João Afonso já disse praticamente aquilo que eu queria dizer, é que, de facto, na comissão tive a oportunidade de dizer que o apoio da câmara não se extinguia aqui nos 40 mil euros. A Câmara Municipal fez ali um trabalho excelente e os trabalhadores da câmara também. Durante duas semanas, andaram ali as máquinas da câmara e os seus trabalhadores a proceder aos asfaltos.

Antes de começar a obra pedi orçamentos para todos os trabalhos e sei efetivamente aquilo que a câmara acabou por dar para o mercado na vertente das máquinas e dos trabalhadores e que seria à volta de 60 mil euros. A Câmara Municipal, efetivamente, deu outras ajudas que não só os 40 mil euros.

Por acaso, também não referi na comissão, porque não me lembrei, aumentámos a esplanada dos restaurantes cerca de 75 m² de *pavet* e a câmara também nos deu o *pavet* e o lancil necessário e também transportou matérias excedentes da obra do mercado para os aterros com os seus camiões. A câmara deu, de facto, uma colaboração muito boa e indispensável.



Também como referi, esta obra não acontece agora por acontecer agora, era uma obra que já vinha a ser preparada no ano anterior e no ano passado a gestão da junta ou dos trabalhos da freguesia já se fez um bocado com a visão deste ano em se fazer a obra grande do mercado, porque, como dizem e bem, 300 mil euros para uma freguesia é muito dinheiro num ano, mas, como referi, o saldo de 2017, que vem incluído no orçamento de 2018, foi perto de 120 mil euros, esse saldo já foi estudado e preparado para efetivamente ser incluído no orçamento deste ano.

Foi-me também perguntado na comissão se a junta iria pedir algum empréstimo e respondi que a Junta de Freguesia não iria pedir nenhum empréstimo e que a Junta de Freguesia não iria ficar a dever nada a nenhum fornecedor, nem a nenhuma empresa que ali trabalhe.

A Câmara Municipal deu um forte auxílio e uma forte ajuda para a concretização desta obra.

Manuel Esteves (PS) – Vou aproveitar a discussão do Mercado de Azeitão e pedir aqui algum esclarecimento à Sra. Presidente, uma vez que acompanhei também a evolução do mercado, e o espaço está a ser bem desenvolvido, mas acontece que o mercado vai ficar reduzido em 100m lineares. O que é que irá ser feito nesse espaço que ficou fora do mercado?

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – O senhor Manuel Jorge esteve na Assembleia de Freguesia na semana passada, poder-me-ia lá ter colocado esta questão e ter-lhe-ia respondido, mas também lhe respondo aqui com todo o gosto.

Como sabem haviam áreas do mercado desocupadas, porque em tempos se fazia ali a feira do gado, coisa que desapareceu, fazia-se a feira da revenda e hoje já não existe, portanto, haviam áreas que não eram aproveitadas e agora ao organizar-se o mercado por ruas e por atividade chegou-se à conclusão que aquele terreno que lá estava no meio espalhado, essa área ficaria livre.

Essa área, como o senhor Manuel sabe, está pegada àquela língua de terreno ao longo da estrada onde estão as oliveiras que foi adquirida no ano passado pela Câmara Municipal e, portanto, será um aumento dessa área para ali ser desenvolvido um grande parque, uma grande infraestrutura para Azeitão.

Esse terreno do mercado colide, faz fronteira com o terreno que a câmara no ano passado comprou, que é aquela língua que vai da Repsol ao parque das oliveiras. Podia ter deixado para o outro lado, mas ficávamos com um bocado ao lado da estrada e um bocado livre do outro lado e o que se pensou foi que o terreno excedente devia ser deixado junto àquela faixa que já está disponível para um parque.

Vice-Presidente da Câmara -- Julgo que há aqui uma “discussão” que devíamos estar todos a fazer, era congratularmo-nos pela renovação daquele espaço do Mercado Levante, do Mercado Mensal, que vai ser claramente o melhor espaço de mercado aqui na margem sul do Tejo e mais a norte do Tejo, provavelmente. Provavelmente vai, em condições de saneamento e em condições de segurança.

A questão de qual é a comparticipação, acho que esta proposta em termos de redação está exemplarmente feita, muito bem sintetizada, começa por dizer que este mercado é propriedade da câmara, é o Mercado Municipal do Levante, está na gestão delegada na Junta de Freguesia há muitos anos. Com delegação formal ou informal, eventualmente informal inicialmente, está por conta da junta, a junta recebe as receitas, tem conseguido gerir bem. É isso que tem feito, não deu despesa à câmara, não deu receita à câmara.

Chegado a uma altura em que se requalifica aquele espaço e que fica em perfeitas condições, o que a senhora Presidente da Junta de Freguesia está a dizer é que se comprou as massas



asfálticas e que foi a câmara a aplicá-las, há mão-de-obra da câmara e é esse apoio que normalmente se dá. É uma cooperação institucional que não admite uma comparação com o fatídico processo da descentralização que aí vem a ser discutido.

Este é um processo de cooperação interautárquico, bem feito, a bem da população, com melhoria de condições e em colaboração quer haja ou não haja descentralização.

Nós praticamos a descentralização e a delegação de competências, de que todos os anos nos orgulhamos, fazendo crescer o orçamento para a descentralização sem qualquer lei.

Não venham com a história da comparação, porque é o Governo agora que está a fazer uma trapalhada com esta descentralização aqui em Setúbal. Fazemo-lo há muitos anos com muito orgulho, todos os anos a crescer, olhem os números, olhem em prática, todos os anos a crescer para as juntas e todos os anos a crescer em trabalho e resultado prático a benefício das populações. Este é um caso.

Vitor Ferreira (PS) – Seguindo a recomendação, vou dizer ao senhor Vice-Presidente, quero pessoalmente congratular-me com a obra e quero também congratular-me com a boa prática de alguém que representa um órgão executivo responder a uma pergunta de um deputado municipal.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

5. Deliberação n.º 241/18 – Proposta n.º 08/2018 – GAF – Apoio à Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra para aquisição de braço roçador

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, porque relativamente a esta deliberação não foram necessários se quer mais esclarecimentos do que aquilo que estava referido na proposta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

João Viegas (CDS-PP) – Se na comissão não foram colocadas questões, vou ter que colocar algumas aqui.

Estou certo que o senhor Vice-Presidente, e acompanho no elogio que fez à formulação da proposta anterior, mas em relação a esta proposta, ao contrário da anterior, nós sabemos o valor que a Câmara Municipal vai transferir, não sabemos é quanto é que este equipamento vai custar.

Em termos de formulação, julgo que seria importante para os membros desta assembleia perceberem e, se calhar, seria uma forma mais transparente, se bem que à imagem da proposta anterior votarei também favoravelmente, mas será importante também por parte do executivo que a apresentação da proposta venha mais detalhada.

Tive o cuidado em relação à da Freguesia de Azeitão, de consultar também o portal de contratação pública e verifiquei que já estão registadas pelo menos duas empreitadas e em relação a esta também tive esse cuidado e também queria esse esclarecimento.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Duas questões, qual é o valor exato do braço roçador, porque isto é uma transferência e não diz o valor exato do aparelho.



Outra questão, se alugamos ao Parque de Santiago para fazer a feira ainda temos que proceder à sua limpeza antes de proceder à realização da feira? Ele não deveria vir já em condições para ser utilizado?

Por outro lado, por acaso a feira situa-se na área de São Sebastião, quem é que acarreta com estes custos e em que Junta de Freguesia é que são imputados estes custos?

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – Este equipamento é um braço de roçar, ele é acoplado a um trator que nós temos, os custos deste equipamento, já aplicado no trator, ronda os 10 mil euros mais IVA, aproximadamente. É um equipamento que nos faz muita falta, porque o equipamento atual que temos ao serviço da Junta de Freguesia, já está cansado, já está com muitas horas de trabalho, e a nossa freguesia, como sabem, tem uma grande área rural, tem muitas ervas e praticamente anda quase todos os dias a roçar. Este ano, até derivado ao clima que temos tido, calor, chuva, calor, chuva, parece que as ervas quanto mais são cortadas mais crescem. Este equipamento já fez muitas horas, já está saturado, as reparações a que é submetido também são de custos elevados, daí equacionarmos a compra de um equipamento novo para continuarmos a prestar um bom serviço à população.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

6. Deliberação n.º 255/18 – Proposta n.º 11/2018 – GAP – Transferência de competências para as Autarquias Locais. Lei 50/2018

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 7 votos a favor, 5 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Sobre esta proposta houve grande discussão, o que naturalmente irá acontecer aqui também. Não sei se terão todos estes dados, mas da discussão feita foi-nos informado pelo senhor Vice-Presidente que a concretizar-se esta transferência de competências para as autarquias, no caso da Câmara Municipal de Setúbal, só ao nível dos trabalhadores da educação comportaria a passagem de 504 trabalhadores para este município e no âmbito da saúde seriam 29, o que tornaria estas transferências para a Autarquia de Setúbal numa situação muito difícil, porque no âmbito do trabalho, que neste momento era preciso ser feito, a Câmara Municipal não teria hipóteses de comportar tantos funcionários para além de outras situações que iriam colocar o estado social em causa.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 3 votos a favor da CDU, 2 votos contra do PS e uma abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Presidente da Mesa – Pedia ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais que, quando a comissão reunir, enviem a Ata aos serviços para distribuição e para termos aqui o registo.



António Dias (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 3 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD.

O Presidente da comissão não entregou a Ata-Parecer aos serviços de apoio.

António Caracol (PS) – Senhor Presidente como não se manifestou antes, presumo que esta proposta é para se manter, pelo menos para já.

Ao dia de hoje, ainda mais com a deliberação do Conselho de Ministros com a aprovação de 7 diplomas sectoriais, a discussão vem mais ainda para cima da mesa, desculpem a expressão.

Esta proposta e o facto de querer à partida não aceitar qualquer discussão, qualquer transferência os deixa um pouco surpreendidos. O prazo que foi aduzido na comissão e que os senhores têm falado do dia 15, já houve um esclarecimento da DGAL, um esclarecimento do próprio ministro que vem referir que esta deliberação, independentemente se os senhores quiserem avançar com ela ou não, não terá qualquer efeito. Portanto, é uma perda de tempo na minha opinião.

Volto a reforçar, para além do que hoje foi aprovado no Conselho de Ministros, esta proposta não faz sentido.

Até parece que os senhores são contra a descentralização, algo que não compreendo. Como o senhor disse agora mesmo, fala da descentralização do município para as freguesias, mas quando se fala numa descentralização verdadeira do Estado para as autarquias, para os concelhos intermunicipais, que como todos sabemos tem uma gestão mais eficiente e mais eficaz, os senhores recuam, não sei se por receio, se por falta de capacidade, mas recuam.

O senhor disse e bem, tem de assumir algumas competências, por exemplo, a rodovia, o caso das praias que é um caso caricato. Quando neste diploma, no caso das praias, a título exemplificativo, permite que as receitas do dia de hoje é a Capitania que recebe das concessões, os senhores, neste momento, não têm essa possibilidade, ou seja, fazem a limpeza, asseguram mais uns quantos serviços, daí que aquela afirmação de que os meios não estão a ser proporcionais, não percebemos bem o que é que vem aí, é um cheque em branco, deixa-me ainda mais confuso.

Se calhar, faria todo o sentido que esta proposta fosse retirada neste momento e que de boa fé com a ANAFRE, com a ANMP a dar o seu parecer e o seu envolvimento verdadeiramente aprovar esta descentralização a bom porto.

Neste momento, o sentido que faz é retirar, discutir, analisar e depois deliberar a seu tempo, que tem todo o tempo.

Afonso Luz (CDU) – Em primeiro lugar é preciso dizer que a proposta que aqui temos não é contra a transferência da delegação de competências, o que está aqui é sermos contra uma rasteira. Estamos a falar, no fundo, de uma lei que não fomos nós que a votámos favoravelmente. Uma lei que diz que as assembleias têm que se pronunciar, se não quiserem aceitar, porque têm que o comunicar até ao dia 15 de setembro. Estamos apenas aqui a cumprir a lei, e é a própria lei que prevê que nos pronunciemos.

Só hoje é que foi aprovado pelo Conselho de Ministros alguma coisa, ainda não foi publicado, continuamos sem saber do que é que se trata. Mais uma vez aqui sou obrigado a dizer isto, quando se trata deste tipo de questões estruturais para o país, estamos aqui perante uma das maiores alterações em termos da prestação de serviços públicos que tem sido feita, mais uma vez o Partido Socialista para a sua aprovação conta com a direita parlamentar. Temos aqui um exemplo que é muito exemplificativo daquilo que se trata neste momento.



Não se percebe como é que se aprova uma lei em agosto sem definir meios, valores, condições e depois, em caso de não aceitação para 2019, só tenhamos até 15 de setembro, quando se sabe que as autarquias têm assembleias ordinárias que têm que se realizar até 30 de setembro. Nem sequer até ao dia 30 de setembro foi dado às autarquias para se pronunciarem, dava tempo, por exemplo, a apreciar-se aquilo que foi aprovado hoje em Conselho de Ministros e talvez pudéssemos estar aqui perante outra situação. Isto é que é caso para dizer, como um vosso companheiro de partido disse, “Qual é a pressa?”

Habitúamo-nos a que, já no período da troika, as autarquias fossem altamente penalizadas sistematicamente e, curiosamente, vemos agora o Partido Socialista, acompanhado da direita, a vir pelo mesmo caminho e a querer transferir para as autarquias competências, algumas que não deviam ser transmitidas, portanto, a fugir mais uma vez também àquilo que consta da Constituição, que é fazer também a regionalização e se calhar entender se iam algumas medidas.

Continua-se a passar por cima disso e, portanto, acho que da maneira como está a ser conduzido, tem tudo para correr mal e o que está a ser preparado é que as autarquias venham a assumir o ónus da gestão e do investimento em áreas, algumas que nunca deveriam ser da sua competência e irão ser muito penalizadas.

Aqui concretamente para o Município de Setúbal, estamos a falar de qualquer coisa que pode significar a completa rutura financeira e até pelos números que já foram aqui dados, do número de trabalhadores que irá ser assumido, etc...

Sabemos que um dos grandes problemas que existem nestes serviços públicos de saúde e educação é precisamente o subfinanciamento com que estes serviços estão atualmente e quando o Governo se propõe participar para as autarquias na base daquilo que já vem financiando esses serviços, portanto, de imediato as autarquias irão também ser subfinanciadas para assumir estas funções.

Para além destas questões temos muitas dúvidas que, de facto, esta câmara, para além das questões políticas e relativamente a 2019, possa estar em condições de assumir até ao dia 15 de setembro que pode estar de acordo com a descentralização.

João Viegas (CDS-PP) – Em relação a esta proposta podemos começar por ver dois aspetos. Primeiro, se justifica ou não estarmos a discutir hoje aqui esta proposta atendendo aos pareceres, àquilo que foi comunicado pela Direção-Geral das Autarquias Locais e também pelo Ministério da Administração Interna.

Sobre esse aspeto devo dizer que, no meu entender, devemos estar a discutir hoje este assunto, apesar dessa informação que já foi prestada, gostaria que o Partido Socialista explicasse então qual é o prazo de pronúncia das Autarquias Locais. Porque é muito fácil dizer e contrariar o que está escrito na lei, e está lá estabelecido a data de 15 de setembro para esta pronúncia, e dizem-nos que não é necessário se pronunciarem, então qual é a data que as autarquias se devem pronunciar?

Estamos a falar aqui e sempre defendi, o CDS sempre defendeu, e deixem-me só corrigir que a direita parlamentar não votou favoravelmente esta proposta, o PSD votou favoravelmente e o CDS não, mas em relação a esta matéria sempre fomos favoráveis à descentralização de competências, fomos e continuamos a ser. Agora, tal como alertámos também na Assembleia da República, esta é uma descentralização de competências que está a ser feita de uma forma completamente apressada, sem se perceber a realidade concreta e a diversidade das realidades dos municípios portugueses, sem articular e dialogar com os municípios. O Partido Socialista apresentou uma proposta, discute em julho, pública em agosto e estamos em meados de setembro e as autarquias ainda não conhecem em concreto o que serão as competências que



lhes vão ser delegadas e os meios que serão necessários para implementar esta descentralização de competências.

É necessário e sem dúvida que é uma reforma importante e que deve ser feita em Portugal, mas não desta forma apressada em que as autarquias também estão a preparar neste momento aquilo que serão os orçamentos para o próximo ano. Quando é que o Partido Socialista prevê que os municípios, as autarquias em concreto, estejam em condições para analisar em detalhe aquilo que será o orçamento do próximo ano. Será no final de setembro, no início de outubro? É assim que as coisas se fazem? No nosso entender não e acompanhamos esta proposta e votaremos favoravelmente.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Efetivamente há aqui uma grande trapalhada por parte deste Governo e do Partido Socialista, trapalhada que tem a ver com o quererem que não se cumpre uma legislação que saiu da Assembleia da República e só quem faz leis é a Assembleia da República.

A DGAL não tem competência para nos remeter um ofício sem estar assinado para que não cumpram com aquilo que é a Lei 50/2018. O Ministro é que devia ter algum tino, que não teve, porque vem dizer que não é necessário pronúncio. É evidente que quando a lei assim o diz, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, neste caso o Poder Local Democrático não aceita porque não conhece todas as regras do jogo. Naturalmente que aceitar competências é mais uma responsabilidade sem ter os meios necessários para desempenhar essa mesma responsabilidade.

Sei que isto não vos agrada, até porque o concelho de Setúbal dá cartas em relação à descentralização de competências. Vossa Excelências eram Governo nesta câmara e tão pouco conheciam o que é que era a descentralização de competências. A partir daí este concelho, com a gestão da CDU, passou a saber o que é a transferência de competências e é uma prática neste concelho até com as suas juntas de freguesia. Nesta matéria a CDU até dá formação para podermos desenvolver uma descentralização de competências como deve ser.

O que estão a passar às autarquias é um cheque em branco, é o mesmo que contratar todos os senhores deputados do Partido Socialista para trabalhar para mim e quando vamos chegar à parte do salário, digo-vos que vou-vos pagar o salário quando tiverem o trabalho feito. É exatamente a mesma coisa, e é exatamente isto que querem.

Depois vêm com algumas ideias, dizendo que somos nós que estamos contra, é verdade que estamos a favor da descentralização de competências, mas com transparência e não escondida.

Dizer que esta proposta faz todo o sentido de estar aqui em cima da mesa, faz todo o sentido dizermos não a este tipo de situação e a esta forma de trabalhar e, naturalmente, que o Partido Socialista meteu as mãos pelos pés e os pés pelas mãos e agora vem aqui hoje dizer que saíram as sete medidas, mas que não são conhecidas publicamente, apenas uma descrição do Conselho de Ministros. Porque mesmo quando estão escritas, como é a Lei das Finanças Locais, não cumprem e, naturalmente, não estando escrito querem que nós, como sendo bons rapazes e boas raparigas, aceitemos as vossas indicações.

Meus senhores, minhas senhoras, senhores deputados, para este peditório basta! Falem verdade, não omitam as coisas. Falem verdade, porque ao esconderem as coisas não vamos lá. Ontem estive numa assembleia de freguesia e a declaração de voto, provavelmente, vai aparecer e é um autêntico aborto.

António Caracol (PS) – A linguagem não foi a mais feliz, o tom de voz também estava desnecessariamente alto na última intervenção, por exemplo, ao dizer que um Ministro não tem tino ou falta de tino, não me parece muito elegante.

Focamo-nos no que é importante, a lei diz, não sei se só leram um parágrafo ou se leram só as letras gordas, mas diz que só há necessidade de deliberar quando os diplomas sectoriais entrarem em vigor. Diz, diz. Por falta dessa interpretação, veio o Ministro, veio a DGAL esclarecer.

Se os senhores não querem ou não têm vontade ou se usam subterfúgios para não perceber, é porque na verdade são mesmo contra o processo de descentralização. Disseram que votaram contra na Assembleia República e não apresentaram uma única competência que defendam para descentralizar, se calhar, cai o véu e mostra o que é que os senhores pretendem ou o que não pretendem.

Respondendo ao deputado do CDS, em relação ao prazo a própria lei diz, depois dos diplomas serem aprovados, quando é que é necessário fazer essa mesma pronúncia, portanto, há que aguardar serenamente, com calma, com a predisposição para participar e colaborar, se for esse o entendimento, mas se for apenas para servir de força de bloqueio, os municípios e as populações, lamentam.

Para responder ainda ao que foi questionado, a própria lei diz que no espírito da lei está que ela é até 2021, é para ser faseada. Essas mesmas competências delegadas poderão ser faseadas e é esse o intuito. É claro que devido à especificidade de cada município, poderão aceitar mais ou menos. Dou o exemplo das praias, a Câmara Municipal de Setúbal está a ser prejudicada, não está a receber os tais meios e está a assumir as responsabilidades, não percebo porquê. Se calhar, aí sim, foi um cheque em branco, jogaram-se para a frente sem receberem os meios e depois põem de um lado e fogem do outro. Percebemos, é a política, é a falta de gestão e aí sim, se calhar, a falta de tino.

João Luz (CDU) – Nesta última intervenção, para quem começou a falar de elegância terminou brilhantemente, quero-lhe dizer. Foi do mais elegante que pude assistir nesta assembleia ao longo dos últimos tempos. Não lhe posso deixar também de fazer esse comentário.

Começando por aquilo que é, para nós, o fundamental. A ideia de que vivemos num país demasiado centralizado e que há responsabilidades por essa centralização, há partidos com responsabilidades governativas que destruíram serviços públicos, que abandonaram o interior do país, enfim, é o quadro que conhecemos do país que temos com responsáveis que, aparentemente, agora fingem que não têm nada a ver com isto e sempre foram uns grandes defensores de descentralizações.

O que nos apresentam não é, nem de perto nem de longe, uma descentralização de competências, é uma transferência de encargos para as autarquias locais. E transferências de encargos para as autarquias locais não é só aqui para Setúbal, basta ouvir intervenções de muitos e muitos presidentes de câmara por este país fora, do PS e do PSD sobre esta matéria. Alguns, inclusive aqui na região, designadamente do Partido Socialista, que se preparam também para votar propostas antes do dia 15, dizendo que não estão disponíveis para aceitar o processo de transferência de competências, tal como ele está previsto hoje.

Porque falar de descentralização sem falar de regionalização neste país, sem reverter o processo de destruição de freguesias, sem olhar para o quadro de competências também das áreas metropolitanas, designadamente de Lisboa e do Porto, que tomaram as posições que são conhecidas sobre esta matéria, é fazer um exercício de brincar, brincar à descentralização.

É, de facto, uma brincadeira que nos vai custar muito caro, porque o Partido Socialista, com o apoio do PSD, desperdiçou um importante momento para descentralizar o nosso país e aquilo que apresenta como alternativa é um processo atabalhado, mal feito, cheio de anda para a frente, anda para trás, agora é assim, amanhã é assado.



Não conheço muitas situações destas, mas chega o momento em que é preciso vir, conseguem por um ministro e uma direção-geral fixarem a interpretação da lei aprovada na Assembleia da República. Isto é absolutamente genial, é a primeira vez, pelo menos que me lembro, certamente poderão ter havido outras, que um ministro fixe a interpretação de uma lei da Assembleia da República. É absolutamente extraordinário que venha um ministro fazer uma coisa destas, é do mais elegante, se quiser, já que percebe tanto de elegância, é do mais elegante que tenho visto nos últimos tempos.

Nós olhamos para este processo e para aquilo que é exigido às autarquias, como já foi dito, que estão hoje a preparar os seus orçamentos para o próximo ano, e a única certeza que temos em relação às consequências deste processo, tal como ele está, é que no dia em que a Câmara Municipal de Setúbal aceitar estas competências ou lhe vierem a ser impostas no prazo que está definido, teremos os senhores deputados municipais do PS e do PSD, que nunca exigiram relativamente a um conjunto de áreas, qualquer reivindicação junto da Administração Central, estariam no dia imediatamente a seguir aqui nesta assembleia a exigir da Câmara Municipal que as concretizasse em áreas subfinanciadas como a saúde e a educação. Era interessantíssimo ver o resultado e esse, talvez, seria o resultado positivo, que era passarmos a ter eleitos preocupados com um conjunto de áreas com as quais nunca tiveram, centros de saúde e escolas, que são necessárias melhorar e por aí fora, porque esse tem sido o papel que o PS e o PSD aqui têm tido relativamente a um conjunto de outras matérias.

Nunca ninguém os ouviu falar sobre o Convento de Jesus, nunca ninguém os ouviu falar sobre o acesso às praias, enfim, mas a partir do momento em que a Câmara Municipal assume estas competências, alto lá, já têm posição, já têm ideias, já têm propostas sobre estas matérias e nós é que temos uma gestão incompetente e não sabemos fazer. Isto tem sido o histórico ao longo dos tempos.

Neste quadro da transferência de competências é engraçado que, em muitas das situações, não é só transferir aquilo que está subfinanciado, é transferir, para além do que está subfinanciado, apenas a execução da tarefa, porque a decisão continua a ser do Governo.

Meus senhores, se isto é descentralizar, estamos conversados. Julgo que este Governo e o Partido Social Democrata que o apoia nesta matéria, teriam que refletir melhor sobre o que é que estamos a falar quando falamos de descentralização de competências.

Vitor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda acompanhará esta proposta que vem aqui, nomeadamente no 1.º ponto e faço questão de o ler na íntegra: “Não aceitar a transferência de competências da Administração Central em 2019, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, a), da Lei 50/2018, de 16 de agosto.” Não há aqui, de facto, o dizer que somos contra a transferência de competências, é neste quadro, neste contexto político, na forma como está a querer ser aplicada e aí há, acima de tudo, o separar de águas.

Relativamente à questão de estarmos a falar desta descentralização de competências, acho que deveríamos estar a falar era da regionalização, que essa sim será, de facto, a verdadeira descentralização de competências para todo o país em relação a uma verdadeira coesão social e territorial e não a forma como se está a procurar fazer esta descentralização de competências.

Mais grave, quanto a nós, é este ofício do senhor Eduardo Cabrita, Ministro da Administração Interna, que de uma forma sub-reptícia, e estou a procurar os adjetivos para não baixarmos aqui alguma coisa, pressionar as câmaras e os municípios para que, relativamente a esta lei, a aceitem e para tornarem a sua aplicabilidade a partir desta altura.

Mais engraçado ainda, que não tem qualquer piada, diga-se de passagem, é que neste ofício o senhor Ministro Eduardo Cabrita acaba por dizer que no orçamento de 2019 serão reforçadas



verbas para os municípios, quando nesta altura poder-se-ia perguntar, se calhar, ao senhor Ministro, se ele sabe exatamente os valores que vão ser transferidos, quando, como e de que forma é que esses valores vão chegar aos municípios.

De certeza que o senhor Ministro Eduardo Cabrita não atende, de certeza absoluta, e é toda uma tentativa de coação junto dos municípios para a aprovação desta lei nestas condições.

Por tudo isto e de forma mais sintética, nós acompanharemos esta proposta e votaremos a favor.

João Viegas (CDS-PP) – No início da intervenção do deputado António Caracol fiquei na expectativa que iríamos ter aqui uma informação mais detalhada, por parte do Partido Socialista, e que descentralização de competências é que iríamos ter. Ao contrário disso, o que assistimos foi a uma intervenção que começou nas praias e morreu na praia, porque tirando estas pequenas questões do Partido Socialista não tivemos mais informação nenhuma.

Depois de três anos de Governo do Partido Socialista, de um forte desinvestimento nos serviços públicos, não sou eu que o digo são dados objetivos, o Partido Socialista com esta descentralização vai despejar nas autarquias investimentos e reorganização de muitos serviços. O Partido Socialista nesta assembleia não nos consegue dizer, devia ter uma informação mais detalhada, mas também não consegue acrescentar mais, porque não existe.

Então vamos aguardar quantos meses para o Partido Socialista enviar a informação? Como é óbvio, não existem condições objetivas para qualquer autarquia aceitar uma descentralização de competências em janeiro de 2019. Parece que estamos a brincar às autarquias.

Acrescentar só estas notas e reforçar que, perante aquilo que aqui está também em cima da mesa, é passar para as autarquias meras tarefas, ou seja, um regime de tarefeiros é o que o Partido Socialista propõe.

Paulo Calado (PPD/PSD) – É conhecida a posição do PSD, até porque aprovou a lei que é hoje aqui visada e, de facto, andou mal o Governo quando estando fixado este prazo na lei não conseguiu, porque é da sua competência propor e apresentar os diplomas sectoriais a tempo de poderem ser analisados.

Agora a verdade é que, e se lermos a legislação como penso que a devemos ler, já ouvi dizer aqui algumas coisas que julgo serem menos corretas, todos os dias os serviços administrativos fazem interpretação da lei, portanto, não vejo nenhum mal em que a DGAL se possa pronunciar sobre o texto legal e se a lei está em vigor os seus efeitos legais fazem a lei, a própria lei faz depender o efeito dessa legislação da aprovação dos diplomas sectoriais.

Foi por isso que, apesar de ter mencionado muito ao de leve na Comissão Permanente, suscitei essa questão por causa da data de 15 de setembro, se não seria de nos pronunciarmos mais tarde sobre esta questão, quando tivéssemos a possibilidade de saber exatamente o que é que esses diplomas trarão.

O senhor Presidente disse-nos e explicou-nos que a razão pela qual a reunião era antecipada, aliás, houve quem propusesse que esta reunião fosse extraordinária por causa deste tema, tinha que ver exatamente com este prazo, mas nós consideramos que a razão pela qual vamos votar contra é porque nos devemos pronunciar sobre estes temas com todos os dados.

Consideramos e continuamos a considerar que esta data de 15 de setembro e a norma, a alínea em concreto que a prevê, caducou por falta de objeto uma vez que o efeito da lei ainda não existe, porque não estão aprovados os diplomas sectoriais, mas parece, segundo as notícias de hoje, que terão sido aprovados, não sei se todos, mas alguns desses diplomas.

Não deixa de ser, no entanto, curioso verificar que, apesar de estarmos todos de acordo sobre a transferência de competências para as autarquias locais, aliás, no meu partido costumamos



dizer e costumamos defender, e foi o que fizemos com esta aprovação de legislação, que os autarcas estão mais próximos das populações e conseguem mais facilmente resolver os seus problemas indo ao encontro daquilo que são as preocupações das pessoas e que devem ser municiados com mais faculdades legais para poder responder a esses mesmos anseios e a esses mesmos problemas.

Estamos aqui, no fundo, a assistir a um pequeno arrufo entre o namoro que existe na geringonça e habitualmente o que nós verificamos é que a violência doméstica costuma ser dentro de casa e que na rua parece que está tudo bem, aqui é ao contrário, está tudo bem dentro de casa e na rua fazem de conta que estão muito zangados uns com os outros. É o que se passa aqui, meus senhores, para a população que está a assistir e não é compreensível que por ter sido o PSD a aprovar também esta legislação que agora tenhamos a esquerda e a direita assumida em peso contra a legislação só por essa razão.

Era o que queríamos aqui dizer, desculpem por estar um bocadinho a tentar animar a reunião, mas é basicamente isto que está aqui em causa, portanto, acho que devíamos tentar passar à votação o quanto antes, assumindo nós, obviamente, que vamos votar contra, porque entendemos que o Município de Setúbal e a Assembleia Municipal têm todo o direito a pronunciar-se no sentido de não querer essa transferência no ano 2019. Também queria congratular a proposta, porque é só para o ano 2019, sei que há noutros locais propostas de não aceitar essa transferência. Aqui o texto foi um bocadinho mais inteligente e prevê para o próximo ano, vamos ver como é que é no ano que vem, mas todos também sabemos quem é que negocia o Orçamento de Estado que vai prever as verbas para esta legislação, são os senhores da geringonça, portanto, meus caros amigos está tudo nas vossas mãos ao contrário do que parece nesta discussão.

João Luz (CDU) – Começava por esta última parte da intervenção para dizer ao deputado Paulo Calado que neste namoro da geringonça, para utilizar a expressão que utilizou, o PSD faz o papel da outra com quem o PS vive grandes aventuras, é assim na legislação laboral, é assim na descentralização, é uma relação muito complexa e reconhecemos claramente o vosso papel.

Isto para lhe dizer que relativamente a relações dessas vocês têm um histórico com o Partido Socialista que é realmente de um grande amor e que se vai mantendo e prolongando no tempo ao longo dos anos. É um amor bonito, diria eu.

Quanto a estas questões, um bocado mais sérias que estamos aqui a tratar, pedi a palavra porque há pouco esqueci-me de referir duas questões que são relevantes. De facto, há muita gente a interpretar a lei e a interpretar a lei todos os dias, o problema é quando a querem fixar com essa interpretação como sendo aquela que vale.

Em relação a isso já tínhamos algumas dúvidas sobre a competência de alguns órgãos, designadamente do senhor Ministro da Administração Interna para o fazer, mas a trapalhada na construção deste processo de transferência de encargos nós chegámos a isto, a visão que têm das autarquias é de tal forma instrumental, que quem decidiu aprovar esta lei nem sequer teve a reflexão, a clarividência necessárias para perceber que as Assembleias Municipais têm sessões ordinárias em setembro e que podem-nas fazer até ao final do mês, colocando na lei um prazo de 15 de setembro que obrigaria e obrigou as autarquias a isto, o que teria permitido ao Governo do Partido Socialista ter aqui mais uns dias para aprovar os diplomas sectoriais, provavelmente também não dava, não chegava.

Depois outra questão que me parece relevante, é a questão de haver um ministro que nos diz qual é a eficácia das deliberações da Assembleia Municipal. Isto é absolutamente extraordinário e que também demonstra qual é a visão que este Governo tem sobre as

autarquias. Os órgãos municipais democraticamente e legitimamente eleitos deliberam sobre uma determinada matéria, exprimem aquilo que é a vontade dos órgãos, fixam aquilo que é a decisão do município e vem o senhor Ministro dizer que essa deliberação que tomam não tem eficácia nenhuma. Meus senhores, se este é o entendimento que o Partido Socialista e o seu Governo têm sobre a democracia local e sobre o processo de descentralização, estamos conversados.

Suzel Costa (PAN) – O PAN vai votar favoravelmente esta proposta, mas lamenta ser obrigado a emitir uma opinião sem que todos os diplomas sectoriais e os encargos financeiros sejam conhecidos para saber em rigor como se fará a transferência de competências de cada Ministério da Administração Central.

No entanto, também é verdade que qualquer decisão por parte da autarquia, antes da publicação de todos os diplomas sectoriais, parece ser extemporânea e ineficaz e sem qualquer valor jurídico pelo Ministério da Administração Interna.

O PAN é solidário com a posição do executivo ao recusar a descentralização para o ano de 2019 e lamenta também a ausência do processo de cooperação e o diálogo respeitante a esta matéria.

Discordamos da centralização massiva de competências do Estado nos presidentes de câmara, ao assumirem a gestão total de matérias deveras importantes, estamos a falar do ambiente, da saúde pública, da segurança alimentar, da saúde e do bem-estar animal, e esvaziar o estado de competências de fiscalização e tutelas desta matéria.

António Caracol (PS) – Primeiro dizer que o facto de ser inédito o senhor Ministro ter que vir explicar algo, depois da lei ter explanado toda a questão de quando é que entra em vigor e quando é que se tem que pronunciar, a DGAL reitera e o senhor Ministro tenta explicar, se não percebem, bom não sei se tem que vir o senhor Presidente da República, que normalmente nessas situações também poderá ser útil e ajudar a explicar. E não sei se chega!

Em relação a esta questão, a ANMP, bastante colaborante, já se pronunciou, bem como a ANAFRE e os senhores não querem. Como a Sra. Deputada do PAN agora disse, estão a votar e a rejeitar algo que não conhecem e não dão oportunidade a conhecer.

Hoje foram aprovados sete diplomas sectoriais e até ao dia 15 de outubro houve o compromisso de os 23 diplomas sectoriais virem a ser publicados e a conhecimento e assim uma discussão verdadeira e transparente com conhecimento e não o que estamos aqui a fazer. Os senhores apenas estão a marcar a agenda política e não a querer discutir verdadeiramente as questões importantes.

E lá está, o senhor disse que votaram contra, e quando os papéis se invertem são os senhores que, estejam no Governo da República ou neste caso no executivo, não querem e receiam que se aponte o dedo às várias falhas, o que já o fazem atualmente, e que esse leque, esse universo iria aumentar, provavelmente exponencialmente dada a experiência e fazendo o paralelismo com o que existe atualmente.

Se o senhor deputado do CDS quiser perceber quais são os diplomas, está hoje no portal do Governo toda a explicação detalhada, não vou estar a perder tempo agora a ler.

Vice-Presidente da Câmara – Senhores deputados, agora vou fazer aqui um sério esforço para não me deixar invadir pela ira democrática de que fui assolado na reunião do executivo. Mas não posso deixar de exprimir o meu pensamento e o meu sentimento de profunda tristeza democrática pela discussão que estou a assistir e pelo papel que estão a assumir os eleitos representantes do povo, em particular do Partido Socialista e também do Partido Social



Democrata. Porquê? Porque foram os que fizeram a aliança PS/PSD por ato público e cujo divórcio foi imediatamente declarado por um dos consortes.

O Rui Rio já declarou que foi enganado, praticamente declarou divórcio desta aliança, mas o PSD não quer compreender que foi enganado, alguns membros do PSD. Os representantes do Partido Socialista aqui em Setúbal não compreendem as razões dos outros companheiros do Partido Socialista por essas câmaras fora, com destaque para o presidente de Vila Nova de Gaia que está na presidência da Área Metropolitana do Porto. Com destaque até para figuras públicas, recentemente conhecidas aqui em Setúbal, não leram com certeza o artigo de opinião da Dra. Amélia Antunes que está a resumir a nossa argumentação.

Os senhores não leram, não tomam atenção aos vossos companheiros de partido, porquê? É aí que é o meu sentimento de tristeza, porque percebo que está aqui um jogo de posição partidária a sobrepor-se ao jogo do interesse público. O que está em causa é muito. Os senhores alegam com argumentos patéticos, desculpem a expressão.

Há uma lei-quadro que entrou em vigor, a lei-quadro que, segundo o artigo 43, entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, ora ela foi publicada em 6 de agosto, entrou em vigor a 7 de agosto. Estou a ler a lei, portanto, estou certo.

Dá-nos exatamente, talvez em homenagem ao Município de Setúbal, o prazo até 15 de setembro, porque é o nosso feriado, se calhar o senhor Ministro Eduardo Cabrita lembrou-se disso, para temos aqui um prazo de um mês, quando se sabe que em agosto não há assembleia.

O que é que tem esta questão para esclarecer? Pouco, não é incomum de todo, não é injustificada de todo, mas acontece que aqui há uma separação entre a vigência e a eficácia. Esta lei faz uma separação em vigência e eficácia. A eficácia tem uma condição suspensiva, que é aquilo que está no número 2, do artigo 4, nas alíneas a), b) e c), portanto, só se torna eficaz conforme aquelas decisões que forem tomadas naquelas condições. Como a lei entra em vigor logo a seguir, tudo aquilo que não seja a aplicabilidade que resulta da necessidade de publicação dos diplomas sectoriais para a tornarem eficaz, funciona na lei, está em vigor, a lei manda decidir. Uma coisa é decidir os requisitos, já estão requisitos essenciais nessa lei, um dos quais foi desmentido pelo senhor Secretário de Estado. Não sei com que autoridade. Quais são os requisitos? É o da universalidade e é o da gradualidade.

O requisito da universalidade está aí clarinho, ou aceitam tudo ou não aceitam nada. Não só este setor, aceita a educação, não aceita a saúde, não. Está no artigo 3.º, número 1, "*a transferência das novas competências tem carácter universal*". Está escrito na lei.

Alguém do Partido Socialista explique, porque o senhor Secretário de Estado é do Partido Socialista, se pode dizer que depois publicam-se os diplomas sectoriais e cada um vai dar um novo prazo e vai dizer se aceita esse setor ou que setores é que aceitam ou não aceitam.

Então Sr. Secretário de Estado, permite-se alterar a lei-quadro? Alguém reconhece legitimidade a isto? Para não falar já do senhor Diretor-Geral das Autarquias Locais que também tem uma interpretação. Pior que isto é a aflição do Sr. Ministro, porque essa é uma posição política. O senhor Ministro vê-se então aflito e desata a escrever aos Srs. Presidentes das Assembleias Municipais, aos senhores Presidentes das Câmaras Municipais para não se aceitar, porque isto não tem eficácia e não serve para nada. Então o senhor Ministro vem dizer que um comando legal de uma lei-quadro, que é uma lei de valor reforçado, não tem valor jurídico nenhum. Com que legitimidade é que um Ministro pode dizer isto?

Quanto à interpretação, julgo que estamos conversados, a lei está publicada e é em cumprimento desta lei-quadro que estamos hoje aqui reunidos para aprovar uma decisão quanto à gradualidade, porque taxativa é a condição que cá está, esta lei entra em vigor imediatamente em janeiro de 2019, se não for decidido até 15 de setembro. Outro prazo não



existe, seja qual for a interpretação do senhor Secretário de Estado ou do senhor Ministro, outro prazo não existe e entra em vigor a 1 de janeiro.

O artigo 44 diz uma coisa que não é o que os senhores costumam evocar. O artigo 44 diz que a presente lei produz efeitos após a aprovação. Produz efeitos, não diz que só pode haver decisão sobre a gradualidade, produz efeitos, mas a decisão sobre a gradualidade tem que estar tomada que é para saber se é em 2019, se é em 2020 ou se é em 2021. Os municípios têm que tomar a decisão.

Independente da produção de efeitos, temos que decidir se queremos aplicar isto em janeiro de 2019, em janeiro de 2020 ou em janeiro 2021, para não ser aplicada já, é a condição que está ali, temos que dizer que não.

É evidente que os decretos sectoriais têm que estar publicados para ela poder ser eficaz, mas à decisão da gradualidade ninguém retirou essa competência, nem é aquilo que diz o senhor Secretário de Estado, ora aprova-se uns setores e/ou não aprova outros, ou cada um dos setores vai dar novo prazo, porque não é o Decreto-Lei que vai substituir os termos e as condições de uma lei-quadro. O Governo não pode fazer essa trapalhada toda que está aí a fazer.

Quanto a interpretações, julgo que estamos conversados e quanto aos princípios não se esqueçam do princípio da universalidade que cá está, é que para alterar isso não é pela boca do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, é pela revisão desta lei feita na Assembleia da República. Só assim é que podem alterar isto, senão ou é tudo ou não é nada, como ouvimos os senhores ministros dizer.

A gradualidade é a mesma coisa, cá está a regra e nós simplesmente estamos a cumprir um comando da lei, não estamos a fazer outra coisa.

Quanto às questões materiais não é que não se saiba alguma coisa, porque o Governo descuidou-se, digo eu que se descuidou e alguns poderão pôr aspas e eu não ponho, e apresentou à Associação Nacional de Municípios Portugueses uma listagem do número de pessoas e das verbas a transferir em dois setores, a educação e a saúde.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, como é normal, pegou nessa listagem e enviou para as câmaras e o que nos toca em sorte é qualquer coisa, que logo à partida nos dá a noção de que nos falta aqui algo, como 18.700 mil euros em dois setores. E o número de pessoal a transferir, só na área do pessoal para a educação faltariam 800 mil euros, para a saúde é uma pequena verba, porque estão aqui só previstos 29 trabalhadores. Nas funções de manutenção dos equipamentos, temos aqui menos meio milhão de euros a somar a isto e depois algo muito mais grave, que são as intervenções de manutenção e de construção em escolas e equipamentos.

Nós sabemos, por exemplo, que falta construir o pavilhão da Escola D. Manuel Martins que andamos a insistir e a insistir e vai vir esse dinheiro para a câmara construir, mas há também o pavilhão em Azeitão, ou a reparação desta escola que está aqui bem perto, da Escola Secundária do Bocage que está absolutamente necessitada. Não está lá verba para isto, são mais 5 escolas. Nos números que foram dados a conhecer, temos aqui um buraco de mais de 18 milhões, qual é a credibilidade que isto dá sem conhecer as condições.

O que estamos aqui a verificar, ainda por cima numa câmara que, uma vez e outra e outra faz esta descentralização, assume para si as responsabilidades da Administração Central, aqui nesta própria reunião e vamos deliberar sobre a assunção da transferência de competências que são da IP, de um serviço público, nós vamos assumir as responsabilidades pela gestão da Estrada 379-1. Nós temos assumido inúmeras transferências, qual foi o papel que fizemos na obra do Convento de Jesus? Qual foi o papel que fizemos na recuperação ou na consolidação do Forte de São Filipe? Qual é o papel que estamos a fazer na assunção das



responsabilidades? A demonstração de vontade e a realização desta descentralização para o município, assumindo as responsabilidades que não lhe cabe no quadro legal como imposição, é mais que evidente que ninguém pode dizer que é em Setúbal que se rejeita a descentralização, nós queremos é descentralização. Só lhes pedia uma última reflexão, levem-na para casa se quiserem, votem como quiserem, mas levem-na para casa, por favor.

Vejam o elenco dos setores que estão aqui a transferir, tem cá todas as funções sociais do Estado. Vejam, releiam com a promulgação desta lei, as notas e as observações que o Presidente da República fez. É preciso que isto não seja uma maneira de alijar responsabilidades do Estado, porque se vierem sem os correspondentes meios necessários ao funcionamento, à execução dessas responsabilidades sociais do Estado, o que vamos ter a curto prazo, de 4 a 5 anos, é uma degradação substancial daquilo que é agora as funções da saúde, da educação, da Segurança Social, etc., etc.

Nós estaremos a colaborar e queremos colaborar numa degradação das funções sociais do Estado? É evidente que sabemos que o Governo não vai reduzir a despesa e o pessoal nos seus ministérios. Fica lá a despesa residual, ficam lá as pessoas que não vão para as câmaras e fica lá o aparelho, sabemos que é assim. Agora vão ter que ser feitas novas admissões, vai ter que ser acrescida a despesa para pôr em prática as competências que as autarquias no seu âmbito, pulverizadas uma a uma, câmara a câmara, vão ter que dar resposta. Ora essa a atomização de funções, que muitas vezes só têm uma racionalidade em áreas como a saúde, em redes da educação, as respostas só podem ser dadas regionalmente. Como está a falha da regionalização que não querem assumir, nós temos aqui um ato de irracionalidade na despesa pública, vamos atomizar responsabilidades para situações..., e quando falamos de uma câmara olhamos muito para o umbigo, mas são 308 municípios.

Há câmaras que têm dimensões e condições e estrutura muitíssimo inferior a qualquer junta de freguesia nossa, e acham que isso vai tudo funcionar bem assim, sem haver nenhuma instância intermédia a coordenar meios, a coordenar as estruturas necessárias para que as coisas funcionem em cada parte dos territórios municipais. É claro que há falha e está feito em cima do joelho e não pode ser assim. É por isso que o Governo percebeu que as câmaras estavam a dar uma resposta que era um alerta político, simplesmente isto, e neste alerta político, acho que todos devíamos participar, pese embora, a ineficácia do apelo à reflexão. O CDS, a interpretação do deputado João Viegas é clara, não se está com certeza a fazer nenhum favor à CDU, mas aquela interpretação é óbvia, os senhores dizem que vamos rejeitar uma coisa que não conhecemos, ao que pergunto se querem que aprovemos uma coisa que desconhecemos?

Mas pior que isso, é que naquela ponta do véu que está levantada sobre algum conhecimento que há sobre a matéria, os números que se vêem e os dados que se vêem são de assustar. As autarquias vão colaborar nesta degradação das funções sociais do Estado como está, como tem sido usado, além da degradação que ela já tem vindo a sofrer por falta de meios de investimento.

Atenção, é um risco muito grande para o país, que vai empobrecer, e já houve uma primeira esponja espremida que foi a do povo português que perdeu em salários, em rendimentos e ganhou um aumento de impostos. O povo foi espremido assim, toma lá mais impostos, retira-lhe lá rendimentos. Depois houve a velha questão, que foi umas vezes referida e outras vezes esquecida, e agora tem andado mais esquecida e vamos ver se fazemos isto de outra maneira que é espremer as gorduras do Estado. Lembram-se do argumento das gorduras do Estado? É preciso reduzir os custos do Estado.

Esta é uma maneira de retirar despesa do Estado Central, não se retira toda fica lá alguma residual, ainda em excesso, mas passá-la para as câmaras, elas não vão ter meios para o fazer, mas vão desunhar-se para tentar fazer mais do que podem fazer com os orçamentos que têm.



Devemos trabalhar para uma justa repartição das receitas do Estado efetiva para que ela cubra, esteja no ministério ou esteja no município ou esteja desejavelmente numa região, para que essas receitas do Estado cubram a despesa necessária àquilo que é essencial em saúde, em educação e em apoio social. Nós estamos a encher as câmaras de competências, de compromissos sem meios, é para termos um país de faz de conta. Um país de faz de conta não era o país que devia resultar numa legislatura, se querem agora o apelo à geringonça, num Governo socialista com o apoio da esquerda, por isso a esquerda que apoia o Governo tem toda a razão em tentar travar este processo.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Só para concluir o que à pouco disse e não querendo retirar tempo ao meu colega Pedro Vieitas Antunes, julgo que também ficou mais claro agora com a intervenção do senhor Vice-Presidente da Câmara que o que está aqui em causa, de facto, é a discussão das verbas que a Câmara Municipal de Setúbal quer obter com esta transferência, e que, naturalmente, para o ano que vem depois da negociação do orçamento, dentro da geringonça como disse à pouco, aceitarão, com certeza, de muito bom agrado estas transferências de competências, porque é exatamente isso que todos nós aqui defendemos.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Foi-nos aqui apresentado e já mais do que uma vez temos ouvido falar na reunião de câmara e agora nesta assembleia, o senhor Vice-Presidente, que também na comissão, falou sempre nos valores que irão ser passados para o município e do acréscimo da despesa.

Coloquei uma questão e gostaria, também, aqui de colocar. A lei diz que o impacto, que vai ser financeiro, irá ser negativo relativamente ao que é gasto no Orçamento de Estado naquela rubrica, que irá passar diretamente para os municípios, primeiro ponto, sejam os 504 trabalhadores retirados do orçamento, é passado.

Segundo ponto, também coloquei essa questão e não me foi respondido pelo senhor Vice-Presidente na comissão, relativamente às verbas que irão ser depois transferidas no IVA para os municípios, porque estamos aqui a falar que os municípios mais pequenos vão receber menos verbas do que o Município de Setúbal que é maior, qual é que será esse montante. É que estamos aqui a falar de 18 milhões de euros de despesas, mas não sabemos, nem nunca se fala quando é que vai ser o acréscimo desses valores.

Gostaria ainda, para finalizar, dizendo aqui aquilo que o meu companheiro, Paulo Calado disse, o Partido Comunista Português, quando for agora aprovar o Orçamento de Estado, não se esqueça que vai discutir o fundo de financiamento da descentralização e vocês sabem muito bem, e o Partido Comunista sabe, quais são as verbas que vão lá pedir para passar o orçamento. Por isso agora vêm aqui dizer e brincar, desculpem a linguagem, vir dizer que, neste caso, a direita apoiou o PS. Apoiámos, porque queremos verdadeiramente a descentralização, até queríamos muito mais e que devia ser muito mais profunda.

Falou anteriormente o senhor Vice-Presidente na regionalização, é uma proposta e nós sempre fomos e sempre defendemos a regionalização. Fomos nós que defendemos a regionalização para a Madeira, fizemos para os Açores, mas queríamos que fosse muito mais a fundo esta descentralização.

Ficámos a saber que vocês não queriam a regionalização da região autónoma da Madeira e que não devem querer, não sei porquê.

O que interessa é, e aqui temos também que ser sinceros, não sabem ou querem estar a aprovar e dizem que não sabem os valores, os quais vão ser discutidos e sabem muito bem que os valores vão ser passados das rubricas orçamentais para isto.



Presidente da Mesa – Na Comissão Permanente ficou decidido ter uma grelha que desse mais tempo para todos expressarem aqui a sua opinião relativamente a uma matéria que acho, sem sombra de dúvida, que é das matérias mais importantes que, pelo menos neste mandato, já passaram aqui pela discussão na Assembleia Municipal.

Naturalmente que não há conclusões sobre esta matéria, cada um tem a sua posição e agora vamos votar.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 19 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 13 votos contra, 9 do PS e 4 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

7. Deliberação n.º 257/18 – Proposta n.º 64/2018 – DAFRH/DIRH – 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2018

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

João Viegas (CDS-PP) – Às vezes estranho tantas unanimidades nas votações e depois, enfim!

Tenho aqui algumas questões e gostava de esclarecer com o executivo, sobre a necessidade da contratação de um técnico superior na área da comunicação social, marketing e relações públicas, bem como mais 2 postos de trabalho de fotografia, reportagens e vídeo. Conhecendo nós também a situação financeira do município se justifica a contratação de pessoal nestas áreas.

Vice-Presidente da Câmara – Só para esclarecer esta questão. A prova de que faz falta fotógrafos é que não está aqui nenhum e nós estamos numa reunião importante e estas reuniões deviam ser registadas, mas não temos pessoal para isto tudo.

Não há pessoal a mais, nem é um acréscimo de despesa, este é o fecho do processo dos precários. Haviam situações que, por uma razão ou por outra, não foram identificadas na altura e como faltavam lugares no mapa e não haviam os suficientes tratou-se de atualizar para fechar esse processo. Eram pessoas que já tinham contrato que não era definitivo, não era vinculativo e agora só com a criação dos lugares é que se podem vincular.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e uma abstenção do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.



8. Deliberação n.º 260/18 – Proposta n.º 67/2018 – DAFRH – Alteração ao Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno do Município de Setúbal – Adaptação ao Regime Jurídico estabelecido na Lei n.º 105/2015 de 25 de agosto

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

9. Deliberação n.º 261/18 – Proposta n.º 35/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Acordo de Mutação Dominial de Troço da EN 379-1 – União das Freguesias de Setúbal e União das Freguesias de Azeitão

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Vitor Rosa (BE) – Relativamente a esta matéria tenho aqui uma ou duas questões. Isto implica, ou implicará obrigatoriamente, uma vez que passará a fazer parte da gestão da câmara mais este troço de estrada, e aqui não refere nada relativamente a que tipo de investimentos é que vão ser feitos. Se a câmara, do ponto de vista financeiro, se está a precaver relativamente a este tipo de investimentos, através de candidaturas a alguns projetos, se vai ser feito com mais empréstimos, em que sentido é que vai ser colocado esta capacidade de investimento. É que no protocolo, na cláusula 9.ª, diz que “*as expropriações são da inteira responsabilidade do Município de Setúbal*”. Foi feito algum levantamento relativamente a este tipo de expropriações? E os encargos que possam advir relativamente destas expropriações? É o que faz parte aqui do protocolo e como não estamos presentes ou estamos na qualidade de observadores na Comissão de Ambiente, deixo aqui estas questões junto do executivo.

João Viegas (CDS-PP) – Em relação a esta matéria, vou-me pronunciar da mesma forma que me pronunciei em relação à questão da descentralização de competências.

Isto porque, como é óbvio, sou a favor que sejam transferidas para a competência da autarquia determinadas áreas de intervenção. Do ponto de vista, da análise que fazemos aqui na Assembleia Municipal, o executivo também está a pedir que esta assembleia se pronuncie sobre esta proposta e a grande verdade é, que à imagem do outro documento que o executivo e os membros da Assembleia Municipal da maioria, votaram e a interpretação que deram chama aqui também passar para a análise desta, à apreciação geral sobre o processo, o conjunto de aplicações financeiras, humanas e organizacionais.

Ou seja, nós temos um documento, uma proposta do executivo para ser apreciada nesta assembleia e para ser autorizada por ela, mas não temos a mínima informação, no curto, médio, longo prazo, em termos de investimento financeiro o que é que é necessário, se nomeadamente os túneis foram vistoriados, qual é a necessidade de investimento.

Não acredito, com toda a sinceridade, que o vereador responsável e o executivo tenham decidido aceitar a passagem desta estrada sem analisar todas estas condicionantes. Isto tem

impactos orçamentais, tem impactos nos planos plurianuais de investimento e esta assembleia não tem a mínima informação. Depois estranho que em relação a umas matérias se levantem aqui algumas questões sobre as estradas passarem para o município, é pacífico e aceitamos de bom grado. Mas podemos ter uma informação mais detalhada? É que não temos! Isto na prática é o tal cheque em branco.

Também estão a pedir a esta Assembleia Municipal que passe um cheque em branco ao executivo, porque em relação aos investimentos futuros o que se pretende fazer, logo se vê.

Muito sinceramente, estranho muitas vezes esta unanimidade, até do próprio Partido Socialista na análise destes detalhes. Estamos aqui muitas vezes, perdemos horas e minutos a discutir determinadas coisas e depois em concreto...

Em teoria sou favorável que esta transferência seja realizada, mas é importante que o executivo também, até por respeito a esta assembleia e pelos membros desta assembleia, nos dê uma informação mais detalhada.

Não a temos e não me sinto em condições de estar a votar favoravelmente esta transferência, não porque não concorde com ela, mas porque não estamos aqui com a informação necessária.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Para dizer que o Partido Social Democrata vai manter a votação do ponto anterior, porque somos totalmente a favor da descentralização de competências e queremos que os municípios recebam competências.

Como já fizemos, iremos votar a favor que a Estrada Nacional passe para a competência do município.

Vice-Presidente da Câmara - Sobretudo para responder às dúvidas suscitadas pelo deputado João Viegas.

Este acordo, é um acordo tipo em relação a operações desta natureza, ainda que não sejam muitas com o meu conhecimento, que prevê as condições em que as competências do IP, enquanto entidade responsável pela gestão e fiscalização, mas também enquanto regulador, e quer que o município assuma.

Estava agora a ser feita uma comparação pelo deputado Vieitas sobre a nova lei de transferências, se reparar está lá que todas as redes viárias, todas as vias que estão no perímetro do município passam para a responsabilidade do município. Ficará para a entidade nacional aquelas que estão na fronteira entre municípios. Algumas hão de ficar certamente.

Este é um caso em concreto que permitiu e nós há muitos anos que tentamos ter um controle do trânsito na época balnear para evitar o que tem acontecido historicamente.

No primeiro momento, que foi este ano, em que tivemos por protocolo uma delegação de competências sobre a gestão daquele troço da estrada durante o verão, fizemos por causa das operações de regulação do tráfego e de criação de condições de segurança para pessoas e bens. Aquela operação que se fez só foi possível porque já, temporariamente, aquela estrada não estava na jurisdição da IP – Infraestruturas de Portugal, foi cedida à câmara por protocolo. Por isso atuámos e ficou comprometido que, entretanto, se formalizaria finalmente aquela pretendida transferência, porque as Infraestruturas de Portugal não estão para atender pretensões e necessidades de todos os municípios ou não estão ou não podem.

Esta estrada tem o pavimento em boas condições, relativamente a intervenções recentes. Olhamos para o pavimento daquela estrada, olhamos para a generalidade e estão boas, mas queremos fazer uma melhoria no tratamento das bermas, queremos regularizar aquilo e há obra a fazer e ela está cá mencionada no artigo 21 e está referida uma comparticipação de 50 mil euros para fazer essa obra.



É uma informação que é complementar a esta proposta, mas aqui estamos apenas a deliberar sobre o quadro de transferência da dominialidade deste troço, não são de obras. Em relação às obras hão-de vir, se for necessário, noutra ocasião, nós não estamos agora aqui a prever outros grandes investimentos, estamos apenas a prever que vai haver um melhoramento sobretudo nas bermas, não é no asfaltamento, que a câmara quer fazer para a qual a IP vai compartilhar com 50 mil euros.

Não lhe sei dizer, neste momento, se custa 50 mil, se custa o dobro disto e que está repartido a meio, mas quando houver projeto saberemos dizer, o projeto nem está concluído e nem orçamentado.

É só para lhe dizer que a manutenção daquele troço passa para a câmara e quando for necessário uma reparação será realizada por parte da câmara. É assim que acontece com todas e quanto a isso não há grandes dúvidas. Agora que esteja previsto quando é que vamos proceder à reparação, quando é que vamos fazer este melhoramento, quando é que vai haver uma situação de alguma intempérie que venha prejudicar o piso ou que venha prejudicar uma obra de arte que lá esteja, isso não sabemos, não é previsível. O que é previsível é o que está prometido e que está pretendido e é uma obra de beneficiação que vai ter a participação destes 50 mil euros, é para a primeira vez, depois a manutenção é do município. Mas este é o acordo de transferência do domínio, não é um projeto de execução de obras, isso será feito a seguir.

João Viegas (CDS-PP) – Só uma nota, Sr. Vice-Presidente quando estivemos a discutir a questão da transferência de competências para as autarquias, uma das preocupações foi precisamente em relação ao património, nomeadamente às escolas, o seu estado de conservação e os investimentos necessários.

A questão que coloco pode parecer aqui que não faz muito sentido, mas faz todo o sentido. Estamos a falar de investimentos, provavelmente investimentos elevados nos próximos anos.

Como disse, por princípio, também sou a favor que seja transferido este troço para a gestão da autarquia. Sei que é mais fácil, quem quis passar um cheque em branco hoje ao Governo também poderá passar um cheque em branco à autarquia. Tenho alguma dificuldade, não passei o primeiro e, portanto, não vou passar o segundo.

Estava ausente do salão nobre, o Sr. deputado António Caracol do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 de AC, 1 voto contra do CDS-PP e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

10. Deliberação n.º 262/18 – Proposta n.º 36/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Acordo de Gestão de Troço da EN 10 – União das Freguesias de Setúbal

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.



Costa Ferreira (PPD/PSD) – O PSD vai votar favoravelmente esta proposta, digamos, tramitação da gestão, mas votando favoravelmente quer expressar que ela deve encarar, também, as preocupações de acessibilidade àquela urbanização do lado direito, a Quinta de Santana, porquanto, em termos de segurança rodoviária, é um problema.

Já que vão abordar este problema e não está aqui expresso, era bom que se equacionasse, não só as acessibilidades, em moldes suaves, quer ao Hospital Psiquiátrico ou à extensão e ao Hospital da Luz. Espero que o problema do estacionamento abusivo que, hoje se verifica, a unidade hospitalar assim o resolva internamente.

Vitor Rosa (BE) – De alguma forma as mesmas questões e as mesmas dúvidas relativamente à necessidade da Câmara de Setúbal assumir a gestão destes mil e qualquer coisa metros da Estrada Nacional 10, tendo em conta que abrange aqui um hospital particular.

Há aqui referência, como agora o Costa Ferreira falou, relativamente à zona habitacional, mas mais uma vez questiono em relação ao acordo de gestão aqui estabelecido, porque me faz alguma confusão e gostaria que fosse explicado.

O município não tem direito, é o município que vai fazer as melhorias relativamente à iluminação e a outras questões que são colocadas aqui nos considerandos e depois temos no acordo, na cláusula 4, que o município não tem direito a qualquer quantia a que título seja e em qualquer fase de execução do acordo ou depois de ele terminar.

Assumimos mais um troço de estrada nacional, como se as Infraestruturas de Portugal não tivessem responsabilidades, mas isto é uma estrada nacional em que as Infraestruturas de Portugal largam mais mil metros, a câmara assume esta gestão e depois quando a câmara faz os investimentos para as melhorias, para o qual faz esta aceitação, se eventualmente isto voltar perde toda essa capacidade de equipamentos e investimento feito pelo próprio município. Daí a minha pergunta quanto à necessidade exata de pegarmos nestes mil metros de estrada.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Dizer que partilhamos, por exemplo, agora aqui com o deputado Vítor Rosa, sobre o que acabou de dizer, lembrando que foi aqui votado contra a passagem da descentralização de competências para 01 de janeiro de 2019 e, como disse muito bem o Sr. Vice-Presidente da Câmara, passaria esta estrada e, se calhar, traria dinheiro. Primeiro ponto.

Segundo ponto, achamos que é muito importante, porque as Infraestruturas de Portugal não fizeram as obras que são necessárias, a circulação pedonal bem como o modo suave de circulação que é muito importante, por isso iremos votar a favor, mais uma vez, mantendo a coerência como tem sido apanágio do Partido Social Democrata nesta casa.

João Luz (CDU) – A bancada da CDU irá votar favoravelmente esta proposta, no entanto, duas questões.

Uma primeira, a verificação já no quadro desta discussão e a confirmação daquilo que há pouco se discutia no quadro da transferência de competências, ou seja, no momento em que a Assembleia Municipal se prepara para assumir esta responsabilidade os senhores deputados e bem, não estou a fazer qualquer crítica, reivindicaram aquilo e levantaram aqui um conjunto de preocupações sobre uma infraestrutura que até hoje foi gerida pela IP. Pessoalmente nunca ouvi o PSD colocar, em lado nenhum, estas preocupações, com toda a justiça que as colocaram. A verdade é que, até hoje, pelo menos que eu saiba, foram omissos no conjunto destas preocupações e confirma-se que o efeito prático é uma vantagem, é que a partir do momento em que elas são transferidas para a Câmara Municipal os senhores, e bem, lembram-se de um conjunto de reivindicações e preocupações muito justas. Pena é que, enquanto os



partidos que aqui representam, tiveram e têm responsabilidades governativas e assumem estas responsabilidades não foram capazes, até hoje, de responder a um conjunto de problemas que as populações sentem é que a câmara por sentir a necessidade de as resolver urgentemente, assume os encargos.

Esta é a diferença em relação ao outro processo que há pouco discutíamos. É que aqui a Câmara Municipal decide assumir aqueles encargos para resolver problemas concretos das populações e sabe o que é que está a assumir e assume de forma consciente colocando aqui nesta assembleia.

Podemos todos discutir, se concordamos, se discordamos, se é mais assim ou se é mais assado. Pessoalmente tenho uma ideia muito concreta sobre isto, quem tinha que assumir estas responsabilidades é, de facto, a Administração Central, neste caso designadamente através da IP.

Como até hoje e durante décadas, quer no caso da proposta anterior em relação ao troço da estrada junto às praias da Arrábida, quer em relação a esta não foram capazes de fazer, aliás, a prova é que os próprios assumem a sua incapacidade de resolver o problema e está aqui na disponibilidade para transferir para o município, portanto, não temos outro remédio senão assumir estas transferências, se queremos resolver estes problemas em concreto.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Só para dizer que, independentemente, de qual é a nossa votação nesta proposta, não aceitamos o argumentário da CDU, uma vez que é fácil, como faz a CDU muitas vezes, comentar ou exigir coisas que não estão na dependência daquilo que são no fundo as funções de uma Câmara Municipal ou de uma autarquia.

É fácil falar nisso e obviamente que, muitas vezes, não temos que andar a exigir que se arranje um bocado de estrada não sei aonde, uma vez que não é aqui o local onde isso tem que ser exigido, porque as moções, as recomendações e outras coisas que se fazem aqui servem, em primeiro lugar, para exigir como Assembleia ao Governo do Município que faça o que tem que fazer.

É óbvio, como fez o meu colega de bancada, Costa Ferreira, que uma vez que vai passar para o município e bem, nós concordamos, este troço que é um quilómetro, podiam ser dois, podiam ser três, que essa parte tenha em atenção algumas coisas que estão, obviamente, identificadas por nós há muito tempo.

Aliás, isto é sempre discutível, porque os senhores a partir do quilómetro mil e não sei quantos vão exigir ao Governo central também outra coisa qualquer e nós também cá estaremos para exigir, se isso passar para a autarquia.

Assim é um discurso, enfim, é propaganda.

João Viegas (CDS-PP) – Esta proposta, à imagem da proposta que discutimos antes, vou manter aqui a posição reforçando que, no meu entender, a gestão por parte da autarquia deste troço de estrada, bem como do anterior, reconhece que a gestão sendo feita pela autarquia podemos ter aqui um ganho significativo.

Aquilo que não concordo é com a metodologia e, portanto, hoje tenho estado à imagem do que tem acontecido noutras alturas, que é exigir mais rigor na apresentação das propostas, porque penso que os deputados municipais devem conhecer em detalhe o que se pretende que seja feito. É óbvio que esta é uma situação, nomeadamente deste troço da Estrada Nacional 10, muito próximo de um hospital, e quem circula naquela estrada, neste quilómetro, principalmente em frente ao hospital sabe da perigosidade que existe e da necessidade urgente de resolver.

Se bem que esta proposta também não explica o que é que se pretende resolver, se é em termos de acessibilidades, mas é muito vaga. Queria só dar esta explicação e que ela sirva também de declaração de voto.

João Luz (CDU) – Na sequência da intervenção do deputado Paulo Calado esclarecer que não se trata de uma questão de propaganda, trata-se mesmo de uma visão e de uma forma de estar diferente no exercício do poder local.

Entendemos, da nossa parte, que enquanto eleitos nesta assembleia, em representação dos setubalenses que nos elegeram, temos todas as competências para poder reivindicar a quem de direito um conjunto de aspetos da vida do município que resolvem problemas e questões que afetam os setubalenses.

Pelos vistos, a vossa intervenção está limitada apenas às questões que são diretamente da competência das atribuições do município, e nós não entendemos assim e como tal temos aqui uma questão que para nós é fundamental, é que defendemos estes interesses, reivindicamos a quem de direito a resolução destes problemas e em última análise se eles se mostraram incapazes, chamamos a nós a resolução desse problema. Esta é, de facto, aquilo que difere a propaganda da resolução dos problemas.

Vítor Ferreira (PS) – Só dizer que a bancada do Partido Socialista na linha, aliás, do que acaba de ser dito do bom serviço prestado a quem nos elegeram, e seguindo a sugestão do Sr. Vice-Presidente quero congratular-me com esta proposta pelo que me é dado parecer com a aprovação dela na Assembleia Municipal, porque é uma boa medida.

Vice-Presidente da Câmara – A medida será boa, mas agora é de recurso para suprir a incompetência ou a impotência de quem devia fazer um trabalho de boa ordenação das vias que dão acesso a um equipamento social de grande importância, seja público ou privado, porque é um equipamento social que ali está e que é utilizado por muita população, por muitas pessoas.

Se os senhores, depois de andarmos a batalhar com as Estradas de Portugal durante anos, agora com o IP durante anos, é uma estrada como as outras e não lhe vai dar atenção especial nenhuma, se não considerarem que à distância que está, é praticamente uma via urbana para a utilização que lhe é dada por causa do hospital que lá está instalado, se aquilo não merece uma atenção dessas, uma vez que a entidade competente não faz nada, a câmara pede para si a responsabilidade.

É uma solução de recurso, a menos que os seus senhores andem muito distraídos e não tenham percebido que durante quatro mandatos e mais um bocadinho, para que é que nós queremos as competências que são dos outros e que não as assumem, a menos que não tenham percebido porque é que nós as queremos. Só não vendo aquilo que fizemos com as competências que eram do Estado ou da Administração Central e que nós assumimos, é que podem dizer que é propaganda.

Ó senhor deputado, propaganda? Com o trabalho feito que está aí, com a responsabilidade assumida neste município que não lhe cabia, mas uma vez que são benefícios para a população vamos buscar essas responsabilidades e vamos assumir os encargos.

Temos feito isso sucessivamente e o senhor tem a coragem de vir falar em propaganda. Propaganda de quê? Do bom trabalho? Se é propaganda do bom trabalho ainda é insuficiente.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Só mais um minuto, só para dar aqui mais um colorido à discussão.



Nós, obviamente, que nos preocupamos até porque também moramos cá com todas essas questões, mas atendendo a esta lógica, ao contrário, imagine-se o que era como já foi hoje reconhecido por ineficiência da higiene urbana que um governo ou uma região, se existisse, avocasse isso para si, porque a Câmara de Setúbal não estava a fazer bem.

É a mesma lógica, está a perceber Sr. Vice-Presidente. É a mesma lógica do que está a dizer, mas todos nós nos preocupamos com a higiene urbana, obviamente, todos estamos preocupados com isso.

Estavam ausentes do salão nobre, o Sr. deputado António Caracol do PS e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 19 da CDU, 8 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do PAN, 1 voto contra do CDS-PP e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

11. Deliberação n.º 263/18 – Proposta n.º 15/2018 – DAAE – Subscrição do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Regressaram ao salão nobre, o Sr. deputado António Caracol do PS e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

João Viegas (CDS-PP) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O CDS votou favoravelmente esta proposta por entender que esta subscrição é extremamente importante, atendendo a vários condicionalismos que, cada vez mais, fazem parte do nosso quotidiano. Congratulando também que todas as forças políticas desta Assembleia Municipal votaram favoravelmente o Arrábida sem Carros.”*

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PAN votou a favor, mas não quer deixar de referir que, por exemplo, até 2030 no estado da Califórnia comprometem-se a que 50% da sua energia provenha de fontes limpas, como a solar e a eólica. A Califórnia está no lado certo da história ao criar comunidades mais saudáveis hoje e amanhã para um futuro mais habitável para as crianças. A Califórnia também perdeu e estava a perder dois terços das suas praias devido à erosão e à subida do nível do mar, isto tudo devido às alterações climáticas, o que o PAN espera é que o executivo municipal seja ambicioso e não se limita a tentar atingir os valores estabelecidos, mas os supere.*

Também queremos só deixar uma ressalva, um tema esquecido aqui quando se fala em alterações climáticas, o impacto ambiental do consumo de carne. Por falar nisso, não se esqueçam também de ter algumas opções vegans, pelo menos para alguns de nós, que tentam diminuir o consumo de carne para mitigação das alterações climáticas.”

Maria João Palma (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Uma declaração de voto que vêm só de encontro a uma referência que fiz na nossa comissão relativamente à colocação de painéis solares no telhado do Moinho da Maré da Mourisca. Relembro que é um património arquitetónico industrial onde foram colocados painéis solares que descaracterizam completamente aquele património. Como tal sugiro, a título de declaração de voto, que seja repensada a localização daqueles painéis solares, ou que seja reutilizada a energia hidráulica e não a energia solar para aquele local.”*

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas e vinte minutos do dia catorze de setembro, de dois mil e dezoito.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de dezasseis de novembro, de dois mil e dezoito, contém cinquenta e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



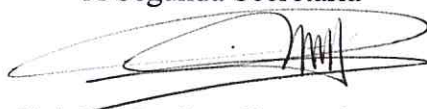
André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada por: Ana Cristina Claro
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa